



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — Nº 144

SEXTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 234ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1977

Sessão solene destinada a recepcionar Sua Excelência o Senhor Carlos Andrés Pérez, Presidente da República da Venezuela.

2 — ATA DA 235ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1977

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Trabalho de pesquisa histórica elaborado pelo Jornalista Mário Coelho, sob o título — *Magé: um patrimônio abandonado.*

DEPUTADO JOSÉ ZAVAGLIA — Visita do Presidente da Venezuela, Sr. Carlos Andrés Pérez, ao Brasil.

DEPUTADO FERNANDO COELHO — Medidas que vêm sendo adotadas pela CODEVASF para desocupação de áreas destinadas à barragem de Sobradinho e aos projetos de irrigação daquele órgão.

DEPUTADO ISPAEL DIAS-NOVAES — Considerações sobre origem da situação que envolve a mais nova unidade universitária pública, de São Paulo.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Proposição apresentada por S. Exª ao I Encontro Regional de Municípios, realizado em Colinas de Goiás, de 14 a 17 de junho último.

DEPUTADO OCTÁCILIO QUEIROZ — Reverenciando a memória do herói brasileiro-venezuelano, General Abreu e Lima, ao ensejo da visita do Sr. Carlos Andrés Pérez ao Brasil.

DEPUTADO GERALDO GUEDES — Artigo escrito, em 1942, pelo então Secretário da Agricultura do Estado de Pernambuco, Dr. Apolônio Salles, sobre o uso do álcool em veículos automotores.

DEPUTADO JOAQUIM BEVILACQUA — Ceticismo de S. Exª ao tocante à definitiva implantação de fases da "distensão democrática relativa".

DEPUTADO NELSON THIBAU — Reformulação da sistemática de caderneta de poupança, na parte referente ao cálculo dos rendimentos auferidos pelos depositantes.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Providências em favor de melhoria salarial para professores primários do País, principalmente da Região Amazônica.

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — Obras rodoviárias e serviços de melhoramento e restauração de rodovia, no Estado de Santa Catarina.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 15/77, que altera a redação dos arts. 39, 41, 74 e 147 da Constituição Federal. **Discussão encerrada**, em primeiro turno, ficando a votação adiada por falta de **quorum**, após usar da palavra o Sr. Deputado Ruy Bacelar.

2.4 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 35 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 236ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1977

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 17, de 1977-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1978, nas seguintes partes:

— Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul. **Aprovado**, à Comissão Mista para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça. **Aprovado**, à Comissão Mista para a redação final.

— Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha. **Aprovado**, à Comissão Mista para a redação final.

3.4 — ENCERRAMENTO

4 — RETIFICAÇÕES

— Ata da 210ª Sessão Conjunta, realizada em 1º-11-77.

— Ata da 211ª Sessão Conjunta, realizada em 1º-11-77.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURELIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00

Tiragem. 3.500 exemplares

ATA DA 234ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PETRÔNIO PORTELLA

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.
SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrónio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

EOS SRS DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz

Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raymundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noidé Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darclio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — *MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Fran-

ciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goias

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Ítalo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA;

Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Declaro aberta a sessão destinada a recepcionar Sua Excelência, o Senhor Carlos Andrés Pérez, Presidente da República da Venezuela.

Sua excelência já se encontra no edifício do Congresso. Designo Comissão constituída pelos Líderes dos Partidos representados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores das duas Casas do Congresso nacional para introduzir Sua Excelência neste Plenário.

(Acompanhado da Comissão designada, dá entrada no plenário o Senhor Carlos Andrés Pérez, tomando assento à Mesa à direita do Sr. Presidente Petrônio Portella). (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Dando início às homenagens que serão prestadas a Sua Excelência o Presidente Carlos Andrés Pérez, o Congresso Nacional ouvirá, de pé, o Hino Nacional da Venezuela e, em seguida, o Hino Nacional Brasileiro.

(Execução dos Hinos Nacionais da Venezuela e do Brasil)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Lázaro Barboza que, em nome do Senado Federal, saudará o Senhor Presidente da República da Venezuela.

O SR. LÁZARO BARBOZA (MDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exmº Sr. Dr. Carlos Andrés Pérez, digníssimo Presidente da República da Venezuela, Exmº Sr. Senador Petrônio Portella, digníssimo Presidente do Congresso Nacional, Exmº Sr. Deputado Marco Maciel, digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados, Exmºs Srs. Ministros de Estado, representantes do Corpo Diplomático, Oficiais-Generais, demais autoridades civis e militares, Srs. membros do Congresso Nacional, minhas Senhoras meus Senhores.

Do Senado da República recebemos a honrosa missão de saudar Vossa Excelência, Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez, na sua pessoa, a valorosa nação venezuelana cujos destinos, o seu povo, em boa hora, confiou ao seu firme e esclarecido comando.

A visita que ora faz ao nosso País reveste-se de especial importância e significado, enche-nos de júbilo e aumenta nossa confiança nas promissoras perspectivas para os nossos destinos políticos, econômicos e sociais, porquanto certos estamos de que o seu alto descortino político constitui penhor seguro de positivos e vantajosos resultados que advirão para as duas nações, negociações que se propõe realizar com o Governo brasileiro.

Senhor Presidente,

A nós políticos que, como Vossa Excelência, enfrentamos os mesmos problemas que afligem as nações do nosso hemisfério, alegramo-nos sobremodo poder sentir, ainda que por curto lapso de tempo, a honrosa e grata presença em nosso meio, de um estadista do seu porte, que tão bem tem sabido discernir as forças adversas que estorvam a caminhada dos povos de nosso continente, e que, com superior visão, tem sabido analisar-lhes o conteúdo e confrontá-las com as necessidades histórica-culturais de nossos povos, necessidades que foram enfrentadas a partir de um firme propósito que lhe anima o espírito de superar as múltiplas formas de exploração a que estão eles submetidos, das injustiças de que são vítimas, do subdesenvolvimento que acabrunha e das alienações sócio-culturais que os aviltam.

Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez:

É-nos sumamente grato realçar, inicialmente, em Vossa Excelência, o perfil singular do estadista tenaz, empenhado em discutir com as nações latino-americanas os rumos que vem imprimindo a seu governo e com elas desejar compartilhar seus ricos recursos.

Comparado a Simon Bolívar, quando decidiu nacionalizar a mineração de ferro e se dispôs a estatizar todas as empresas que exploravam o petróleo em seu país, o apreço e a admiração do povo venezuelano pela sua liderança, patriotismo e tenacidade cresceram com justificada razão.

Já como líder do influente centro de estudantes, aos 23 anos, em meio à tensão que se seguiu à derrubada do Presidente Isaias Medina Angarita, dava Vossa Excelência demonstrações de rara lucidez, servindo de intermediário entre o Chefe da Junta Revolucionária de Governo e a Ação Democrática, partido pelo qual chegou à chefia do governo pelo expressivo sufrágio que recebeu do povo venezuelano. (Palmas.)

Pouco mais tarde, já com larga vivência política adquirida como Secretário do Conselho de Ministros, bateu-se, denodadamente, Vossa Excelência, pelo restabelecimento da democracia na Venezuela, como o fizera antes, como chefe de redação do jornal *La República*, onde se destacou como estrênuo paladino dos direitos do homem e dos princípios democráticos.

Preso e entregue ao ditador Pérez Jimenes, o anseio pela volta de seu país ao estado de direito, custou-lhe longo confinamento na Amazônia venezuelana, exílio que serviu para retemperar-lhe a disposição de combater pela normalização democrática da Venezuela, e para ressurgir no cenário político como líder autêntico das aspirações democráticas do seu povo. Deputado Federal, em várias legislaturas, Secretário-Geral da Ação Democrática e Ministro do Interior, sua trajetória política, culminada com a chefia suprema do governo, tem sido marcada pela luta sem quartel pela consolidação e aperfeiçoamento do regime democrático na Venezuela.

Ao eleger-se Presidente da República, inspirado no ideal de Simon Bolívar, cedo convenceu-se Vossa Excelência de que a integração regional não é só uma alternativa para o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos, mas a única alternativa possível. Para tanto, pela desenvoltura política e pelo valor econômico e estratégico da Venezuela, como seu dinâmico governante, surge, hoje, como figura de projeção singular entre os estadistas sul-americanos, na implantação daquela política integracionista.

Nem o Brasil, com o qual se empenha, de maneira especial, em estreitar os laços de amizade e ampliar as relações comerciais, nem o Brasil, conforme afirmou Vossa Excelência, ainda que grande pelo seu território e por suas riquezas, pode, por si só, prescindir de uma política de integração, considerada como pré-requisito indispensável para o desenvolvimento independente e para a soberania econômica das nações latino-americanas. "Ou nos integramos, disse muito bem Vossa Excelência, ou as transnacionais farão a integração por nós e continuaremos dependentes". Este o grande desiderato dos países de nosso hemisfério, esta a grande meta de sua política externa: uma autêntica comunidade latino-americana.

Sentimo-nos felizes em saber que o Pacto Andino, com sua programação automotriz, já representa um grande passo na direção dessa integração.

Responsabiliza Vossa Excelência, com razão, ao subdesenvolvimento e aos interesses inconfessáveis das transnacionais, a criação de uma situação em que parecem inexistir interesses e metas comuns entre o Brasil e a Venezuela, porquanto as nações industrializadas nunca se empenharam em fomentar esses almejados nexos.

Por isso, lamentamos que, só ultimamente, no mundo de hoje, altamente competitivo, em que a interdependência surge como condicionante de todo processo das relações mundiais, a comunidade latino-americana se esteja aprestando em estreitar seus contatos internos.

Com a visita, que ora nos faz, Vossa Excelência veio demonstrar de maneira cabal que a Venezuela não alimenta preferências em

manter suas vistas voltadas somente para cima, na direção do Caribe e dos Estados Unidos, relegando para um segundo plano o cone Sul do Hemisfério. O que nos tem faltado é uma maior comunicação entre nossos países e a ausência de uma consciência integracionista na região.

Também olhamos para cima e o seu governo também olha para o Sul, como o provam o Pacto Andino e uma abertura de novas perspectivas para o incremento daquele intercâmbio, que acaba de ser dado por Vossa Excelência com a política de consciência integracionista, como o melhor caminho para o desenvolvimento dos países de nosso hemisfério.

Dois outros gigantescos passos foram empreendidos na direção de uma maior aproximação Brasil-Venezuela: o Pacto Amazônico e a presença de empresas brasileiras trabalhando na Venezuela, o que representam fatores demonstrativos de que há uma interdependência indispensável e que destes fatores muito depende o crescimento de nossos países.

No plano da política interna, Vossa Excelência avulta aos olhos de todos como estrênuo batalhador na defesa dos princípios democráticos e na salvaguarda dos direitos e liberdades públicas e privadas do povo venezuelano.

Nem mesmo a instabilidade econômica, que tem provocado a secular exploração de nossos recursos naturais, como ocorreu até bem pouco com o petróleo venezuelano, e nem a exploração da mão-de-obra de nossos homens, pelas nações industrializadas, explicam, no dizer de Vossa Excelência, os desvios dos verdadeiros caminhos democráticos de alguns governos; não podendo nunca justificar-se uma política de atentados à democracia.

Dai os extraordinários esforços que vem desenvolvendo, no sentido de que as nações latino-americanas se conscientizem de sua interdependência, e de que a soberania econômica, sem ser seu condicionante, constitui ponto essencial e prioritário a conquistar para poderem chegar à estabilidade política. Temos que colocar a comunidade latino-americana, dentro do terceiro mundo, numa posição solidária, capaz de lutar por uma nova ordem econômica internacional e de paz duradoura. E este tem sido o grande objetivo do seu governo.

Hoje, graças a uma democracia em pleno funcionamento, fruto da educação política do povo venezuelano, para a qual contribuíram de maneira decisiva a atuação de líderes como Rafael Caldera, Leone, Betancourt, Vossa Excelência e tantos outros, a Venezuela pode ufanar-se de possuir uma consciência nacional infensa a quaisquer tentativas de autoritarismos, partam de onde partirem. Mas, Vossa Excelência veio, também, demonstrar com a sua presença entre nós a posição verdadeira de seu governo, no momento em que, sem qualquer fundamento, se pretendeu apresentar o Brasil como uma espécie de fantasma imperialista, ameaçando a integridade territorial ou, de alguma forma, o progresso independente das nações, suas limitrofes ao Norte ou ao Sul.

Essa não é a realidade da América Latina. Veio aqui reafirmar Vossa Excelência que, em nosso hemisfério, nenhum País busca predomínio e hegemonias. Todos precisamos uns dos outros.

Aqui veio repetir a frase que proferiu um dia após sua posse: "Meu governo terá uma política agressivamente amistosa com o Brasil, porque dele necessitamos, assim como o Brasil também necessita de nós".

Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez

Nossos desenvolvimentos dependem muito de nossas boas relações e de nossos bons desempenhos, não apenas com os países limitrofes do Sul, senão também com todas as nações da comunidade latino-americana. Vossa Excelência nos visita para revelar, ainda, que precisamos ter firmes esperanças nos avanços do Pacto Andino, nos processos de revitalização da ALALC e no Pacto Amazônico, como instrumentos de maior aproximação entre o Brasil e a Venezuela e de maior compreensão do que poderá resultar da integração de nossas economias e do estudo de nossos problemas sócio-políticos.

Para a efetivação desse desiderato, deu-nos já largo passo, ao outorgar uma licitação da envergadura e importância da vitória das

firmas brasileiras Camargo Corrêa e CETENCO, na construção da represa de Guri.

Sentimo-nos felizes, Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez, em contemplar as grandes possibilidades e o real interesse de seu governo, de prosseguir na construção de grandes complexos básicos industriais, de que já são exemplos significativos as indústrias de ferro, de alumínio e a siderometalurgia.

Nossa alegria, porém, é ainda maior em testemunhar a decisão de seu governo de compartilhar a programação do acelerado desenvolvimento da Venezuela com os demais países da América Latina, como a única maneira de lograr o bem-estar e o progresso de seus povos. A Venezuela, Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez, se nos apresenta como um País em que o "futuro é agora", como ilustram os inúmeros intercâmbios culturais, comerciais e financeiros firmados com os governos de todos os países do mundo. O mercado de capitais venezuelano voltado para as grandes potências, o extraordinário progresso da Venezuela e o crescente interesse da Europa, dos Estados Unidos e de tantas outras nações em celebrarem convênios daquela natureza com o seu governo, revelam, à saciedade, que, em seu País, existem apreciáveis reservas de matérias-primas, aceleração industrialização, quase nulo endividamento externo, aliados a uma invejável estabilidade política e monetária.

Nação jovem, onde 50% de seus 12 milhões de habitantes têm menos de 18 anos, o que evidencia suas potencialidades, a Venezuela se orgulha de contar com o seu partido, a Ação Democrática, como o grande esteio dos postulados defendidos pelos partidos sociais democráticos do mundo, com as vistas voltadas para a sorte das classes menos favorecidas, sempre se batendo por manter intocáveis as instituições democráticas.

Mas, se o seu governo se tem esforçado em acelerar e diversificar a industrialização da Venezuela, a ponto de apresentar um desenvolvimento conjuntural sem precedentes, simultaneamente, as vistas de sua administração se voltam para os programas e projetos destinados à economia agrária, como a criação de novas áreas de desenvolvimento, de que nos dão demonstrações eloquentes os programas "Puerto Ordaz e Puerto La Cruz" e tantos outros de igual envergadura.

Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez:

O diálogo Brasil e Venezuela está aberto, para que encontrem instrumentos efetivos destinados a intensificar suas relações comerciais e os vínculos de cooperação econômica e tecnológica, além de servir para fixar raízes profundas entre Caracas e Brasília. De um lado, o nosso País que se apresenta como potência emergente, com seu *status* elevado, após a assinatura do acordo nuclear com a República Federal Alemã; de outro, a Venezuela, enriquecida pelos dividendos fornecidos pelo petróleo.

É interesse das duas nações desenvolverem, daqui para diante, uma mentalidade nova de cooperação horizontal, dando-se as mãos e reativando as relações com os demais países de nosso hemisfério.

Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez

Graças ao apoio decisivo dado pelo seu partido, agremiação de longa tradição de luta contra as ditaduras sangrentas que infelicitaram a Venezuela, pode, hoje, orgulhar-se de governar uma nação onde a democracia vive um dos seus fecundos períodos de pragmatismo, inspirada na doutrina Betancourt, e voltada para o terceiro mundo no contexto internacional, onde a Venezuela ocupa privilegiada posição moderadora.

E foi nesta posição que pôde Vossa Excelência, com altivez, perante 138 países-membros da "FAO", condenar o totalitarismo econômico, o egoísmo das nações surdas aos reclamos do Terceiro Mundo, o grave problema da alimentação das nações subdesenvolvidas, a desumanização do capitalismo, a mentalidade ainda não limpa dos vícios do colonialismo, defendendo uma ordem econômica internacional mais justa e mais humana.

Para Vossa Excelência, a existência do petróleo nas mãos do Terceiro Mundo não deve constituir um instrumento de competições mesquinhas, mas um fator de negociação capaz de estabelecer, em condições de igualdade, o diálogo indispensável para harmonizar

critérios e criar as bases de uma nova ordem econômica que atenda, com justiça, às necessidades de todos os povos. Para tanto, com as riquezas que possui, a Venezuela, como afirmou em Roma, no ano passado, está disposta a apoiar todas as medidas que honestamente tendam a favorecer a solução dos problemas mais angustiantes do mundo. "Aspiramos, disse Vossa Excelência, naquela oportunidade, a que as nações industrializadas compreendam que seu próprio bem-estar e a paz mundial necessitam do apoio amplo e decidido de todos".

Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez

"Vamos mudar a face do mundo", afirmou, enfaticamente há dois anos, em Paris. No mundo tumultuado e de rápidas mutações em que vivemos, esta afirmação se reveste de especial significado.

E o testemunho dado pelo seu governo leva-nos a crer em seus fundamentos.

Baseiam-se elas na realidade que ressaltou, segundo a qual "não é mais possível conservar os termos de trocas comerciais que ainda existem no mundo. Para o futuro, os países industrializados serão obrigados a transigir e firmar acordos, reconhecendo aos países em desenvolvimento um peso importante no equilíbrio econômico mundial. Por isso, está o seu governo disposto a reciclar nos países desenvolvidos a enorme quantidade de dinheiro que passa pela Venezuela.

Internamente, prometeu ao seu povo uma sociedade mais justa. E é o que vem realizando, com uma participação mais ativa do povo na economia e através de várias medidas de ordem social e fiscal, como atesta o plano quinquenal (1976-1980), onde estão previstos investimentos de 27 bilhões de dólares no setor público, cerca de 53,1% do investimento total previsto. 700 milhões de dólares já foram investidos na indústria petroquímica e contida foi a inflação com subsídios monetários e de gêneros alimentícios.

No setor externo, a fim de ajudar os países mais atingidos pelos aumentos do preço do petróleo, seu governo contribuiu com 600 milhões de dólares em direitos especiais de saque para o fundo de reciclagem de petrodólares do Banco Mundial, além de criar fundo próprio, no âmbito do Banco Interamericano de Desenvolvimento, para promover a integração regional, para o financiamento de projetos industriais e de energia e para pagar empréstimos a bancos regionais.

Destina a Venezuela 12% de seu PNB à ajuda internacional e regional, enquanto os países industrializados não chegam sequer a dar 1% do PNB para os países em desenvolvimento.

Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez

Por todos esses motivos, estamos felizes e nos orgulhamos pelo privilégio de o termos em nosso meio.

Com a sua visita ao Brasil dissipam-se os vestígios dos artificiais mal-entendidos que, felizmente, nunca chegaram a comprometer o tom de cordialidade que brasileiros e venezuelanos sempre gostaram de sentir na convivência com quantos devem ser seus primeiros e naturais aliados: os países vizinhos.

Não será através de diálogos geográficos de economias egoístas, de base isolacionista, ou através de processos diplomáticos anacrônicos, que será possível atingir-se aquele desiderato comum, mas mediante o solucionamento prévio de obstáculos de ordem política, e com o estabelecimento de acordos bilaterais concretos de utilidade recíproca.

Brasil e Venezuela precisam caminhar e crescer juntos. Não nos interessa ficar no campo da retórica. Há que haver concordância e coincidência em pontos fundamentais da economia das duas nações, como as referentes à energia e às matérias-primas.

Temos de dar-nos as mãos porque a Venezuela é peça fundamental no relacionamento do Brasil com os seus vizinhos, e porque o Brasil pode oferecer à Venezuela vantajosas oportunidades no terreno comercial.

Não é admissível que a América Latina persista em manter-se voltada para o outro lado dos oceanos, como se o além-mar seja o seu único ou mesmo o maior ponto de referência econômica.

Para que haja esperanças de normalidade regional, os países latino-americanos precisam fazer contatos por dentro, através da realidade de suas fronteiras. Isto exige firmeza de propósitos, constância, pertinácia; é preciso que se afastem receios, suspeitas, desconfianças e preconceitos.

Oxalá sua visita seja a descoberta desta necessidade, e que as bases daquela integração sejam consubstanciadas num amplo acordo comercial que atenda, efetivamente, aos interesses do Brasil e da Venezuela.

Em 160 anos de história independente, nunca tivemos atritos ou desentendimentos de quaisquer natureza; nunca tivemos problemas de fronteiras ou questões de migrações, tão frequentes em países vizinhos, constituindo tal fato um exemplo único na história das Américas.

Conscientes estamos de que as duas economias se completam e que nossas relações precisam ir além do âmbito protocolar. Se somos um potencial e importante comprador de petróleo venezuelano, a Venezuela poderá incrementar suas importações de produtos agrícolas e manufaturados brasileiros.

Os caminhos estão abertos para que o relacionamento bilateral retome a atmosfera de um entendimento que vem sendo criada e que agora se apresenta propícia ao seu coroamento.

Não podemos ser apenas o vasto vizinho ao Sul com o qual vem convivendo a Venezuela, sem problemas de fronteira.

O importante é que Brasília e Caracas identifiquem, com a sua presença honrosa em nosso meio, coincidências necessárias de ponto de vista para a definição das linhas de uma frutuosa cooperação.

Senhor Presidente Carlos Andrés Pérez

Os votos do Senado da República do Brasil são no sentido de que a visita de Vossa Excelência seja coroada de pleno êxito; que mais estreitos se tornem os laços de fraterna amizade que unem Brasil e Venezuela; que a grande meta de seu governo, que também é a nossa, se concretize plenamente: a real integração e libertação econômica de nossos países e de todo o Continente sul-americano.

Aceite Vossa Excelência nossas sinceras felicitações e os melhores votos de feliz estada no Brasil. (Palmas prolongadas).

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Marcílio, que falará em nome da Câmara dos Deputados.

O SR. FLÁVIO MARCÍLIO (ARENA — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Exmº Sr. Senador Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, Exmº Sr. Deputado Marco Maciel, Presidente da Câmara dos Deputados, Exmºs Srs. Ministros de Estado, Exmºs Srs. Embaixadores, autoridades civis, militares e eclesiásticas, Deputados e Senadores, Minhas Senhoras, Meus Senhores, Exmº Sr. Carlos Andrés Pérez, Digníssimo Presidente da República da Venezuela. Satisfeito o Brasil com a presença de Vossa Excelência. Nesta Sessão Solene, o Congresso Nacional, reunidas que se acham as duas Casas que o compõem, legítimas representantes e porta-vozes do povo brasileiro, no ambiente geral de admiração, de amizade e de respeito, o recebe.

Por que esta incontida demonstração de carinhosa acolhida, frente inusitado clima de expectativa e emoção?

O reconhecimento de significar a visita o avanço em busca de uma nova era.

É, podemos enfaticamente anunciar, o indício mais expressivo de uma nova revolução que se processa no continente americano, ansiosamente esperada. A revolução em busca da solidariedade, da mútua cooperação e da real interdependência entre os Estados que formam a sua constelação.

Compreendemos que a visita de Vossa Excelência, Senhor Presidente, constitui, na verdade, o começo de uma nova, brilhante e progressista etapa das nossas relações, etapa que, pela importância de seu dimensionamento decorrente da representatividade dos nossos Estados, terá acentuada influência nas diferentes esferas do continente.

Há, seguramente, uma série de assuntos bilaterais a serem resolvidos pelos dois governos.

O relacionamento estabelecido com a visita que nos fez o Chanceler Aristides Galvani, em maio de 1971, estabelecendo bases de vários entendimentos, vem a ser, agora, grandemente ampliado. Os mesmos problemas tomaram novos aspectos e a amizade está em vias de maior consolidação. O encontro que, àquele tempo, foi uma evidente conjugação de esforços para concretizá-la, está coroado de êxito, devendo partirmos para o fortalecimento regional, maior cooperação técnica, científica e cultural, melhor complementação e intercâmbio das nossas economias, tudo bem decidido sob o comando de uma ação patriótica dos nossos governos.

Acentuou, acertadamente, o Chanceler Aristides Galvani, encontrarem-se, Brasil e Venezuela, na situação de dois trens na plataforma a ponto de partir e que devem seguir juntos, na esperança de uma vida mais humana e mais justa, e melhor aproveitamento de suas riquezas. Mas, além destas soluções, buscadas à base da confluência dos nossos recíprocos interesses, há, nesta visita, um significado muito mais profundo, qual seja o do reconhecimento da necessidade da integração continental. E é exatamente neste sentido que, satisfeitos, ouvimos a declaração de Vossa Excelência de constituir o desejado pacto amazônico uma idéia de ordem transcendental, refletindo-se no próprio contingenciamento da vida internacional.

A declaração de Vossa Excelência reflete exatamente o nosso entendimento.

A integração da América Latina condiciona o seu sucesso a um esforço global que una e abranja os numerosos e complexos segmentos da vida continental. As decisões de cooperação regional que forem assumidas no tocante às Amazônias, testemunham o realismo e a objetividade de uma política transnacional, fundada na mútua cooperação das partes componentes, gerando uma outra medida de aproximação dos muitos vizinhos.

Na caminhada que, agora, efetivamente unidos e juntos, empreendem Brasil e Venezuela, caminhada tão necessária quanto decisiva à integração latino-americana, haverão de ser alcançados os seus reais objetivos, uma projeção efetiva à decantada, sonhada e desejada unidade continental.

Esta unidade estamos a alcançar nos dias atuais, que passam a ser vividos sob a compreensão mais objetiva de um relacionamento global dos nossos problemas, da fuga ao isolacionismo, para estabelecer à base da prosperidade coletiva e maior difusão da cultura, uma estratégia de fortalecimento do poder político de cada país, no reconhecimento do valor dos interesses continentais e, conseqüentemente, resultar no aumento da integração na comunidade universal.

Sob o impacto desta interpretação e sob o convencimento de representar Vossa Excelência os mais legítimos sentimentos de continentalidade e aspirações democráticas de seu nobre povo, sentimentos que têm a sua força alimentadora no mais puro idealismo político de Simón Bolívar — cavaleiro da glória e da liberdade — é que, hoje, aqui estamos reunidos. Sim, Senhor Presidente, estamos reunidos e, mais precisamente, engalanado o Congresso brasileiro para recebê-lo afetiva e carinhosamente. (Palmas.)

A minha palavra, pela Câmara dos Deputados, expressa, não apenas, nestes termos, o sentido da homenagem que, merecida e justamente, lhe é tributada; mas, por outro lado, o respeito e a admiração que temos pelo seu valoroso povo e pelo seu grande país, que, nesta fase, oferece a todos um exemplo de estabilidade democrática. (Palmas.)

Estamos no limiar de um renascimento no continente americano.

Pode parecer paradoxo, de um mundo ainda tão novo, falar-se em renascimento. Todavia, é precisamente isto que estamos a verificar. Um renascimento pela aproximação efetiva, pela compreensão mais viva dos nossos problemas, pelos desejos de mútua cooperação e de integração.

Esta visita, pelo que Vossa Excelência realmente representa, é uma contribuição decisiva e eficaz às forças geradoras deste renascimento, constitutivo da afirmação do novo mundo americano. Mundo que, desejo longínquo achado em meio de caminho, vem fazendo, com a sua gente e a sua cultura, uma outra história, sem os ódios e as rivalidades de mundos desgastados. Um mundo em que os homens vencendo os tropeços, que são obstáculos ao seu caminho, aspiram a liberdade, o mais alto ideal que dignifica a vida humana.

Seja-me permitido, Senhor Presidente, o destaque de alguns fatos de sua agitada vida política.

1945, ao constituir-se a Junta Revolucionária do Governo, é nomeado Secretário Privado do seu Presidente, Rómulo Betancourt.

1946, Secretário do Conselho de Ministros, membro da Assembléia Legislativa de Táchira e da Câmara dos Deputados.

1948, preso após a queda do Presidente Gallegos.

1949, expulso do país, radica-se na Colômbia; tenta voltar clandestinamente à sua pátria e outra vez é preso.

1951, expulso, vai residir em Havana e participa das atividades anti-perezjimenistas do Comando Exterior da AD.

1953, traslada-se para Costa Rica.

1958, marco de implantação de uma nova e estável democracia representativa, volta à sua pátria e passa a exercer uma intensa atividade política e parlamentar, culminando com a sua eleição, a 9 de dezembro de 1973, para Presidente da República. (Palmas.)

Havendo exercido o mandato de Deputado, por diversas vezes pôde, nesta atividade, bem aprimorar o seu espírito, engrandecendo o seu pensamento político, no valor da instituição parlamentar. Realmente, o prestígio do parlamento é que resguarda o prestígio da democracia. (Palmas.) Todo golpe de força vai diretamente contra a instituição parlamentar, experiência vivida intensamente nos países da América Latina.

Homem do parlamento, por isso mesmo, Vossa Excelência, nele busca a sua fonte de energia, para o desenvolvimento da democracia implantada em seu país. (Palmas.)

A política da chamada segunda fase democrática, onde avultam, dentre outros, Rómulo Betancourt, Raul Leoni, Rafael Caldera, encarna-se em Vossa Excelência, que amplia a sua dimensão, com um profundo sentido de vida continental, apoiando os movimentos que levam a sua distensão e tendo como elevado objetivo, a integração da América Latina.

Revive-se o mais puro e maravilhoso ideal bolivariano.

Propositadamente, escolhemos estas passagens de sua vida.

Pode parecer, à primeira vista, a apresentação de um contestador, sempre em luta com o poder constituído. Todavia, na verdade, o que elas representam é, no espírito agitado do homem, a sua identificação mais significativa, não apenas com o seu país, mas, com a própria vida continental, a luta pela conquista da liberdade, no desejo de um governo democrático, estável e duradouro. (Palmas.)

A vida política dos Estados sul-americanos apresenta características comuns. Em todos eles se promulgam Constituições do tipo mais liberal e democrático, mas, em todos eles também têm surgido, de tempos em tempos, ditadores, cujo poder absoluto é exercido, às vezes, sob um tênue véu de formas constitucionais. (Palmas.)

Em grande parte, a história política das nossas repúblicas tem sido uma sucessão de alternativos períodos de liberdade e despotismo. A verdade é que muitas têm caído no caos, que em outras as revoluções têm sido freqüentes, que em todas tem havido intervalos de autocracia e que, em algumas, pelo menos, esses intervalos têm sido a salvação da sociedade.

Por toda parte o espetáculo se repete. Mantém a unidade da nossa história. É um panorama com o mesmo calor, o mesmo espírito e o mesmo fim. As garantias de liberdade, por vezes, deixam de ser efetivas; mas a luta continua para que as mesmas se tornem asseguradas. (Palmas.)

Nesta alternativa de situações, a vida de Vossa Excelência é o exemplo de um homem que lutou pela liberdade, suportou a dureza do árduo combate e ao assumir, vitorioso, o comando do seu país, pôde rever um brilhante passado e na lição que a sua perspectiva

oferece, fortificar-se para garantir a posição conquistada, falando bem claro ao sentimento e à inteligência do seu povo e merecendo, deste modo, a estima e a admiração de todos nós. (Palmas.)

A democracia, assim conquistada, merece um esforço muito maior para ser mantida — sonhada e vivida que foi em meio de muitos sofrimentos.

Ao recebê-lo, Senhor Presidente, prestando-lhe a homenagem — calorosa e sincera — as nossas esperanças se voltam para o complexo êxito desta nova corrente de ação, agora iniciada. Criemos, todos nós, neste desejo de uma aproximação entre os dois países, aproximação necessária, não apenas aos nossos interesses comuns, mas, em especial, à projeção continental americana, uma sentimentalidade baseada nos laços que nos unem e que seja fonte de alicerce de todo desenvolvimento futuro, senceraamente superadas as dificuldades existentes.

Elevados e nobres são os conceitos de Vossa Excelência em relação ao Brasil. Outra coisa não pensamos nós, do seu país e do seu povo.

Cooperação, solidariedade, interdependência, respeito mútuo, constituem normas da ação política brasileira.

O Brasil, Senhor Presidente, assenta a condução da sua política externa, nestes princípios, aliados às condições de justiça e de paz.

Acentuou, recentemente, com muita ênfase, o Senhor Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, que temo-nos esforçado para basear nestes princípios, o nosso relacionamento com os países da América Latina. O Brasil não aceita e nem deseja quaisquer tipos de hegemonias. Portanto, as mesmas condições de equidade que desejamos para nós, as estendemos aos países latino-americanos. Não desejamos privilégios. Cada projeto que dividimos com nossos vizinhos do continente, traz o aval da negociação justa, entre Estados livres e soberanos.

Esta a norma de ação contínua da diplomacia brasileira. A norma de conduta do Governo do Presidente Geisel, na sequência dos que o antecederam. (Palmas.)

O caminho, Senhor Presidente, está, assim, aberto ao franco e cordial entendimento e aproximação. Este, nós os sentimos, o seu desejo, o desejo do Governo e do povo brasileiro, povo que aqui se expressa pela sua voz, o parlamento, desaguadouro das correntes de opinião e porta-voz das suas legítimas aspirações. (Palmas.)

Aproveitemos o instante que passa. Alicerces os nossos governos, em bases sólidas e construtivas os entendimentos aqui encontrados, necessários à formulação deste esperado novo mundo americano.

As nossas homenagens, Senhor Presidente, e, complemento final a estas considerações que venho de fazer, as renovadas esperanças de que assim realmente aconteça, escrevendo nós uma outra História, a História da integração continental.

Será uma outra luz a iluminar os caminhos da compreensão e do melhor relacionamento dos povos deste mundo americano. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Ouviremos agora a palavra do Sr. Presidente Carlos Andrés Pérez, Presidente da República da Venezuela, que falará ao povo brasileiro, neste agosto plenário do Congresso Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE CARLOS ANDRÉS PEREZ — Señor Presidente del Congreso del Brasil, Señor Presidente de la Cámara dos Diputados, Señores Senadores, Señores Diputados.

Con palabra fraterna y optimista Venezuela comparece hoy ante la Nación Brasileña, con inquebrantables propósitos de hermandad latinoamericana. Conmigo viene la emoción de mi pueblo con su limpia amistad por el pueblo Brasileño. Traigo un mensaje de confraternidad y de fe en el gran destino de la América Latina.

Abrigo la segura confianza de que este día se anotará en la historia de nuestros países con trascendente significación. No se trata de registrar en los anales de nuestras patrias la entrevista entre los Presidentes del Brasil y de Venezuela y mi presencia en el Congreso y en el Supremo Tribunal Federal. Tampoco el hecho extremadamente

insólito de que sea la primera vez que un Presidente de Venezuela visita la República Federativa del Brasil. Se trata de una imprescindible rectificación. Brasil y Venezuela no pueden seguir perdidos en la distancia, agobiados y vencidos por su geografía. (Palmas.)

No hemos sido fieles a las enseñanzas de la historia, a la experiencia que nos legó la lección de nuestros Libertadores. La enseñanza más diáfana de nuestra historia, de los forjadores de nuestra nacionalidad, es la de la unidad. La justicia, la libertad, la democracia y el desarrollo, debemos quererlos para la comunidad latinoamericana a la cual pertenecemos. Así nació nuestra patria. Con clara vocación de americanidad. Para eso venimos al Brasil. Para dar nuestro aporte necesario en esta hora de definiciones que unifiquen a los países latinoamericanos, para hacer posible una esperanza tan vieja como la independencia y tan necesaria con ella: la integración.

En los 147 años de nuestro trato diplomático y político, a contar de la fecha en que Simón Bolívar, Presidente de la Confederación Gran Colombiana recibió en Bogotá al Primer Embajador del Brasil, es la primera vez que el Jefe del Estado de Venezuela tiene la ocasión de venir a decir de viva voz nuestro compromiso de unidad. Para reconocer, sin eufemismos cómplices de la tarea incumplida, que tenemos ante nosotros responsabilidad largamente aplazada y tratada hasta ahora con atención insuficiente. Con entera decisión debemos afrontar la creación del sistema de seguridad política y de unidad económica que no sea el dócil reflejo del calculado interés de los grandes centros del poder del mundo. Sin hostilidad hacia nadie, en la búsqueda indispensable de la autenticidad de nuestra independencia en el orden político y económico, y como afirmación para fortalecer y defender nuestro ser nacional.

Somos pueblos con variaciones y acentos distintos pero con una sola perspectiva económica, cultural y política. Nuestro destino es la unidad y no la separación. (Palmas.)

Hacia este concepto debemos retornar. Lo llevamos en la historia. La geografía no puede derrotarnos. Debemos reconocer que los latinoamericanos no hemos asumido a plenitud la responsabilidad de nuestra hora. Murallas de desconfianza y de celos se han interpuesto entre nosotros. Es preciso confesarlo, para que en franco diálogo reabramos con sinceridad y voluntad de acción los caminos que hagan posible el gran destino de la América Latina. Como en el pasaje bíblico, hemos sido estatuas de sal que miramos siempre al pasado que alzo muros de incompreensión entre nuestras patrias. Si hubiéramos un recuento de los mal entendidos, suspicacias y querellas que han enfrentado o confundido a los países de la comunidad latinoamericana, sentiríamos vergüenza de como nos hemos dejado conducir por conductas y actitudes divorciadas con nuestra responsabilidad histórica. Atarnos a esos errores del pasado, no enfocar con visión y mentalidad contemporánea las realidades de nuestro tiempo y los objetivos de nuestras políticas para la liberación económica, es la causa de todos nuestros problemas porque no hemos sido capaces de asumir el liderazgo que nos corresponde en el mundo de hoy.

Somos los venezolanos un pueblo con vocación universal, como lo aprendimos de Francisco de Miranda y de Simón Bolívar. Nos empeñamos en comprender lo distinto y lo distante, lo diverso y lo plural, sea propio o ajeno. Deseamos y buscamos soluciones a los problemas de nuestros países enmarcados dentro del ámbito latinoamericano. Aspiramos a entender a los demás pueblos y a ser comprendidos por ellos. De allí nuestro interés en respetar opiniones o posiciones ajenas, que se corresponde con nuestro derecho a ser oídos y respetados.

Yo agradezco, en nombre de mi pueblo este honor que se me ha dispensado de usar la Tribuna del Congreso del Brasil, expresión de la soberanía popular, para dirigirme a todo su pueblo y expresar en diáfana y fraterna palabra nuestras aspiraciones de mutua comprensión y nuestra solidaridad con sus grandes luchas por alcanzar la grandeza de esta patria que tanto se merece. (Palmas.)

Quiero decir con sencillez republicana que me siento holgado en esta casa de un pueblo de la América Latina. Siento en este momen-

to, con intensa emoción, la común responsabilidad que nos convoca a todos los pueblos latinoamericanos.

No basta afirmar nuestra decisión de librar unidos la batalla para crear un orden económico justo y equilibrado con todas las naciones de la tierra. Es necesario que dirijamos igualmente nuestro esfuerzo a definir un orden interno en nuestras sociedades. Un orden interno más democrático. (Palmas.)

Vivimos una hora en la América Latina que nos obliga a definirnos, a encontrarnos con nosotros mismos. En Venezuela hemos cumplido una experiencia democrática durante los últimos veinte años, que no pretendemos ni exportar ni presentar como un modelo. Con sus defectos y con sus aciertos queremos que sea examinada. Como un modo de vida para asegurar el progreso en libertad. (Palmas.)

Nos hemos propuesto desarrollar las fuerzas interiores del pueblo sobre bases éticas, con un código de conducta de impecable respeto a los demás países. No rechazamos las críticas que se hagan a nuestro sistema, porque creemos que la crítica abre la posibilidad para corregir rumbos o superar errores. La grandeza de la democracia, en nuestro concepto, consiste en la capacidad para aceptar la controversia que se fundamenta en la libertad de conciencia que hace al hombre dueño de sí mismo y asegura y abre el camino a la libertad de pensamiento. (Palmas.)

Concebimos la democracia como un modo de vida, adecuado a las peculiaridades de cada pueblo. Su fuerza y su dignidad consiste en la defensa del hombre, en la exaltación del hombre, en la estimación del hombre. (Palmas.) Porque no hay democracia sin ciudadanos, y el ciudadano es el hombre libre que no solamente tiene acceso a los bienes materiales sino también a los bienes espirituales. (Palmas.)

Aceptamos la convivencia y la participación con pueblos y gobiernos que definen otras doctrinas, otras actitudes ante el hombre y ante la vida. Así como en nuestro país aceptamos esa misma pluralidad, afirmada sobre un orden ético que garantiza una sociedad abierta que afirma que no hay destino humano sin discusión y sin disenso. (Palmas.) Nuestro congreso es la expresión del pluralismo de la democracia venezolana.

Hoy, en este augusto recinto del Congreso del Brasil, he sentido la emoción de oír las voces de partidos políticos del Gobierno y de la oposición, identificados en el mismo propósito para decirnos que Brasil es uno, indivisible, dispuesto a contribuir a la integración latinoamericana y labrar su provenir en libertad.

El Libertador Simón Bolívar, desde la Isla Caribe de Jamaica, en los albores de la Independencia latinoamericana, nos dejó oír su elocuente palabra integracionista:

"Es una idea grandiosa pretender formar de todo el mundo nuevo una sola nación con un solo vínculo que ligue sus partes entre sí y con el todo... Yo deseo más que otro alguno ver formar en América la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riquezas que por su libertad y gloria..." (Palmas.)

Y al invocar este testimonio lo hago con mi pensamiento y mi devoción puesta en los valores históricos de esta ilustre Nación Brasileña. Al Precursor Joaquín José da Silva Xavier, mártir de la libertad, el inmortal Tiradentes. (Palmas.) Me siento honrado al mencionar en esta galería de recias figuras para la construcción de una patria con identidad propia abierta a toda la comunidad continental, a estos hombres leales y genuinos para la fraternidad y colaboración: a José Bonifácio De Andrada Silva, (Palmas) el constructor, al Barón de Río Branco, a los juristas Joaquín Nabuco, Afranio De Melo Franco, a Manuel De Oliveira Lima. Expresiones de la inteligencia de este gran país que trasciende a nuestra América total y que por identidad de convicciones son valores para la unidad formidable que nos agrupe a todos.

He dicho con reiterada vehemencia desde mi patria y en tribunas de otras patrias hermanas, que el Brasil es indispensable a la integración latinoamericana. La mitad de habla española, se consolida y se identifica para encontrarse con la otra de lengua

portuguesa, y los nuevos pueblos que en el Caribe señalan el final del oprobioso colonialismo en la tierra latinoamericana. (Palmas.)

Cada pueblo tiene un pasado intransferible. Un ser y un carácter al cual no renuncia ni debe renunciar si quiere afirmar su identidad y no disolverse en un conjunto anonadante. En la personalidad de cada uno de los pueblos de América hay una razón común, poderosa precisamente en este caso y ese es el antecedente y el presente de una lección integradora.

He venido a reconfortar nuestra esperanza y nuestra fe en esta inmensa nación, grande en su geografía, grande en su esfuerzo, grande en el papel que la corresponde cumplir para la integración latinoamericana. Estamos ante este colosal desafío de las nuevas realidades que el mundo nos impone y que está al alcance de nuestra voluntad si es que estamos a la altura del gran destino latinoamericano. Somos víctimas del totalitarismo económico que despiadadamente sobre nosotros han desatado los países industrializados. No hablamos con acento hostil que nos lleve a controversia sin destino. Creemos en la complementariedad entre todas las naciones del mundo, fundamentada en la interdependencia de los pueblos, entendida como lazo de cooperación y solidaridad mutuas.

No han faltado buenos propósitos en el mundo industrializado. Recordemos que en 1960, bajo su iniciativa y con su aprobación, las Naciones Unidas proclamaron el primer decenio del desarrollo; y a la década que se iniciaba en 1970, el segundo decenio, para cubrir la creciente brecha entre los países desarrollados y en desarrollo. Está para finalizar el segundo decenio. Los resultados no pueden ser más inquietantes. Mientras una cuarta parte del mundo tendrá para 1980 un ingreso promedio por persona superior a los cuatro mil dólares, las otras tres cuartas partes sólo llegarán en promedio al insignificante total de trescientos dólares, diez años después, en 1900, según fuera señalado por el Presidente del Banco Mundial, señor Mac Namara en la UNCTAD III.

Brasil y Venezuela tuvieron oportunidad de conjugar sus esfuerzos como países participantes en la Conferencia sobre la Cooperación Económica Internacional, el diálogo Norte-Sur y aún cuando produjo solo resultados limitados, permitió formular nuestros planteamientos frente a los países industrializados, apreciar sus reacciones y llegar al convencimiento de que disponemos de una fuerza negociadora en nuestra postura solidaria. Como se ha dicho, es mucho más lo que nos une que lo que nos separa y solo manteniéndonos unidos podremos combatir la desigual distribución de la riqueza actual y la desigual producción del potencial productivo de la riqueza futura.

A la América Latina, entera y una, corresponde mantener con firmeza esta ruta que nos ha llevado a la solidaridad del Tercer Mundo, consolidado en el curso del diálogo y que se ha demostrado esencial para obtener una disposición receptiva por parte de los países industrializados.

Hoy día la mayor parte de los recursos naturales están bajo el control de nuestros países y nos hemos preocupado por desarrollar la tecnología en nuestras propias instituciones, pero nos falta mucho por hacer y la colaboración entre nosotros puede ser o es indispensable y necesaria para impedir otras formas más sutiles de dominación.

Pronto tendrán que traducirse en hechos concretos las declaraciones y los compromisos concertados en París, entre los cuales se destaca el establecimiento del Fondo Común para la estabilización de los precios de las materias primas. Confiamos en que los países industrializados se ajustarán a la obligación contraída en la conferencia negociadora que se celebra actualmente en Ginebra. Con esta afirmativa decisión se beneficiarán todos los países, productores y consumidores. Y así se da justa interpretación al concepto de interdependencia que debe privar en las relaciones globales.

Ni ustedes ni yo olvidaremos este día. Nos convoca la noble decisión de unirnos. "La Nación de Repúblicas," de que nos hablara Simón Bolívar está al alcance de nosotros. Individualmente ningún país de la América Latina, ni este grande, vigoroso y poderoso Brasil alcanzará individualmente la fuerza para enfrentar las realidades de

la acción internacional. La creación de grandes unidades económicas es la realidad de nuestro mundo. La unidad latinoamericana reivindica así un modo de ser, de ver y de sentir. Es responsabilidad de todos la construcción del Nuevo Orden Económico Internacional, que requiere y compromete la mancomunidad de fuerza y acción.

Quiero testimoniar nuestra admiración por esta admirable y fraterna Nación. Grande en su geográfica, grande en su esfuerzo constructor y grande en su futuro irradiador de posibilidades ciertas para la integración latinoamericana: Punto geográfico de la mayor porción de la inmensa Amazonia, riqueza de prospección impredecible para la América Latina y fuente de un audaz y portentosa experiencia de integración que vamos a ensayar los países que la conformamos, (palmas) para contribuir a la integración latinoamericana que ya encuentra sus caminos iniciales en los seguros éxitos del Pacto Andino, el Mercado Común Centroamericano, la Comunidad del Caribe; en los esquemas que se adelantan para la implementación del tratado de la Cuenca del Plata y en los objetivos del Sistema Económico Latinoamericano, (SELA) que fue fruto del unánime acuerdo en la histórica reunión de Panamá.

Familiarizados con el mar, con la montaña, con el Hano y con la selva, comprendemos con amplitud y profundidad la grandeza y la dimensión máxima de la posibilidad latinoamericana. Entendemos a cada pueblo con su virtud, su fuerza y su coraje para labrar el destino colectivo sobre nuestra geografía latinoamericana.

Quiero traer al recuerdo del pueblo del Brasil los días de la gesta heroica, cuando Francisco de Miranda en 1806 proyectaba una expedición libertadora "grande y bien concertada" que zarparía de Liverpool hacia el Brasil. En la proclama que había preparado y pronunciaría al desembarcar en tierra brasileña, se adelantaba al Grito de Ipiranga: "que nuestra divisa sea: libertad o muerte, Brasileños: Somos propietarios hereditarios del suelo y no debemos permitir que el terror de ser tratados como rebeldes influya ni por un momento en nuestros espíritus". (Palmas.)

Es grato recordar que nuestro Miranda había pensado en esta inmensa Nación como el centro posible de la liberación latinoamericana.

El Brasil es toda una epopeya a la voluntad y a la inteligencia del hombre americano. A sus pensadores y a sus políticos, a sus hombres de empresa, a los adelantados de todos los tiempos que desafiaron la naturaleza, que produjeron los infinitos milagros que componen la proeza llena de fuerza y de encanto que es el Brasil, el homenaje de nuestra rendida admiración. A todos cuantos en tiempos distintos son los autores de esta Nación, viva enseñanza de optimismo para la humanidad, Venezuela les presenta su respeto y su homenaje.

A la Nación Brasileña, hogar acogedor para los hombres del mundo, abierta a todos los cruzamientos, para una homogeneización de factores humanos y culturales disímiles, traigo el saludo de nuestra Venezuela, hermana en el mestizaje y en el orgullo de ser lo que somos, pueblo de dimensión ecuménica, identificado en la convivencia de su gente alegre, laboriosa, digna y buena.

Brasileños, permítanme que desde esta Tribuna de la soberanía popular haga más las palabras de Simón Bolívar hace 147 años, porque siguen siendo la irrevocable decisión de los venezolanos:

"Para siempre la más perfecta amistad entre nuestras naciones, vecinas y hermanas". (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella) — Em nome do Congresso Nacional, agradeço aos Srs. Ministros de Estado, membros do Corpo Diplomático, demais autoridades civis e militares, o comparecimento a esta Sessão Solene em homenagem ao Presidente Carlos Andrés Pérez.

Cabe-me comunicar ao Plenário que, em razão da absoluta exigência de tempo, S. Ex^a se encontra impedido de receber os cumprimentos dos Srs. Congressistas no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. Por isso, as Mesas das duas Casas e a Comissão anteriormente designada acompanharão o Sr. Presidente da República da Venezuela até a porta principal do Congresso Nacional.

Declaro encerrada a sessão solene. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 35 minutos.)

ATA DA 235ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

AS 19 HORAS E 20 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrônio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraiso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nossier Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raymundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanella — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra —

ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekkel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Aírton Sandoval — MDB; Aírton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novais — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antô-

nio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Roraima

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 349 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os escritores provincianos, aqueles que mais se identificam com a verdade dos fatos históricos, encontram os maiores obstáculos para divulgação de suas obras por falta de apoio dos órgãos governamentais, quase sempre omisso.

No interior do Estado do Rio, por exemplo, além dos jornalistas militantes, responsáveis pela circulação de Periódicos da melhor feitura, são encontrados também intelectuais, escritores com excelentes trabalhos literários e de pesquisas históricas à espera de divulgação.

Esta a grande verdade.

Sr. Presidente, na oportunidade desejo registrar um dos trabalhos do jornalista mageense Mário Coelho, onde são reveladas as suas grandes qualidades de emérito pesquisador.

Ressalte-se que o Município fluminense de Magé, que tenho a honra de representar no Congresso Nacional, de há muito precisava

ter o seu glorioso passado histórico revelado, de forma objetiva, justa e perfeita, ajustado à verdade dos fatos.

A vocação de cultura do valoroso povo fluminense tem raízes as mais profundas. Na luta cotidiana por soluções para os problemas locais, desenvolveu-se a tendência para a meditação paciente e séria, que é afinal o gosto pela pesquisa.

O laborioso povo mageense foi marcado pelo senso de profundidade e da minúcia que é também signo vocacional do pesquisador.

Assim, em homenagem ao brilhante jornalista e historiador Mário Coelho e ao bravo povo da Cidade do "Dedo de Deus", passo a ler, para que conste dos Anais do Congresso Nacional, o substancial trabalho de pesquisa histórica:

"MAGÉ: UM PATRIMÔNIO ABANDONADO"

Em 1565 o fidalgo português Simão da Mota foi agraciado por Estácio de Sá com uma sesmaria que começava ao fundo da baía do Rio de Janeiro e se estendia serra acima. Habitada pelos índios Timbiras, foi-lhe dado o nome de Magepe, em homenagem ao cacique, com o qual Simão da Mota procurou manter boa amizade.

Muito mais tarde a pequena vila foi transferida para dentro da sesmaria, tomando o nome de Magé, a cinco quilômetros do ponto de origem, que era o atual porto da Piedade, em ruínas.

Com uma superfície de 718 quilômetros quadrados e povoada em todos os seus quadrantes, Magé, dada sua antiguidade, teve e tem ainda alguns monumentos dos quais apenas um, a estação ferroviária de Guia de Pacobaíba, a primeira do País, foi devidamente tombado pelo Patrimônio Nacional. Os demais, principalmente igrejas, um convento, casas grandes de fazendas, e poço bento pelo Padre Anchieta e outros prédios, estão se deteriorando, à espera de tombamento que significará sua perenidade.

Alguns dos templos têm mais de duzentos anos, conforme os registros e o frontispício das construções. Assim é que a Igreja de N. S. da Piedade, em Vila Inhomirim, data de 1677, seguindo-se N. S. da Guia (1683), São Nicolau de Suruí (1710), N. S. da Ajuda de Guapimirim — recuperada em parte — (1729), N. S. dos Remédios (1740), São Francisco (1745), N. S. da Piedade (Matriz — 1883), N. S. do Bonfim (1713), N. S. da Conceição de Suruí, (1784) e Santo Aleixo (1812). Algumas, como a capela de Santo Antônio de Jororó (1747), foram destruídas e substituídas, outras desapareceram simplesmente, pela ação do tempo.

Poço Bento

Um monumento que merece especial atenção é o poço situado no caminho para o porto da Piedade e que, segundo historiadores católicos e lenda passada oralmente, foi benzido pelo Padre José de Anchieta quando passou curta temporada em terras mageenses, por ocasião da Confederação dos Tamoios. Conta-se que houve uma epidemia de febre amarela que estava dizimando indígenas e portugueses da pequena povoação. O único poço existente não servia por ter água totalmente poluída. Então, atendendo aos rogos gerais, Anchieta benzeu aquela água que logo se tornou, como até hoje, potável. O poço bento foi restaurado em 1964 e a inauguração dessa obra contou com a presença do Nuncio Apostólico e dos embaixadores da Espanha e de Portugal, que doaram uma imagem de N. S. de Fátima, colocada em um nicho próximo ao poço. É o local mais visitado, sendo comuns as romarias aos sábados e domingos, muito embora deixe a desejar em matéria de conforto, problema que só agora começou a ser solucionado com a construção de sanitários e outros melhoramentos.

Na localidade Barreira, em Guapimirim, existe, datada de 1713, uma capela de N. S. da Piedade. Ali, costumavam

repousar, junto ao rio em que está ilhado o templo, o Imperador Pedro Segundo e sua corte, quando iam para Teresópolis em liteiras carregadas por escravos ou de lá retornavam. O local é bastante aprazível. Conta-se que havia ali, um posto de pedágio, onde os animais de carga procedentes de Minas Gerais deixavam uma quantia de algumas patacas. Desse posto nada resta que sequer permita sua localização.

Casa Grande

A maioria desapareceu, de outras restam pequenas ruínas. Apenas uma se apresenta integralmente reconstituída e que serve de sede a uma casa de saúde, situada à margem de estrada Magé-Manilha, próximo ao centro de Magé. Era a sede da Fazenda Sernambetiba, hoje retalhada. Uma outra se encontra também na Barreira e nela está instalado o Museu Martius, integrante da subseção do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em lugar bastante aprazível. Também não está tombada essa construção bem antiga.

Houve tempo em que os portos de Piedade, Estrela e Suruí eram florescentes, servindo para escoar toda a produção agrícola da região (além de lenha) e receber algodão e outros produtos manufaturados. Também a produção mineira era levada para o Rio de Janeiro através dos portos de Estrela e de Mauá. O de Suruí atingiu certo porte de grandeza devido a sua famosa farinha, então muito consumida na Europa. Hoje, seu processo artesanal não permite seja apreciada além dos limites municipais. Todos esses portos decaíram a ponto de se tornarem inservíveis. Estrela, Mauá, Suruí e Piedade conservam ligeiros traços, sendo que em Piedade avulta o extenso molhe construído por escravos com pedra assentada sem qualquer argamassa e que resiste ao tempo sem qualquer dano. Do resto, como a estação e um hotel, apenas um ligeiro sinal em ruínas aproveitadas por comerciantes que ali instalaram botecos a fim de servir aos que no quente verão mageense procuram as águas turvas e sujas desse fundo de baía.

Prosperidade

É fora de dúvida que, no tempo do Império, Magé gozou de prosperidade e de prestígio junto à Corte, onde tinha representantes, como o Visconde Inhomirim, por exemplo, e o Duque de Caxias, nascido em território mageense, depois desmembrado para fundar o município vizinho em sua homenagem. Contam-se várias histórias a respeito de lutas travadas em seu solo, como, entre outras a revolta de Saldanha da Gama, que deixou um triste saldo de vítimas mortas ou estupradas pelas tropas vitoriosas. Falam de homens enterrados com seus cavalos à frente da Matriz e no local onde ergue o Palácio Anchieta, sede da Prefeitura. Tudo isto merece um estudo acurado e maior atenção por parte das autoridades, pois é um pouco da própria história do Brasil. As omissões quanto ao nascimento de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, dado como nascido na fazenda da Taquara, na Província do Rio de Janeiro, não informam totalmente a origem desse ilustre mageense, magoando seus conterrâneos, da mesma forma quando, por ignorância colocam o Dedo de Deus em outro município, uma vez que sua localização está comprovadamente em terras de Magé. Afinal, quem informa não pode faltar à verdade, e nesse ponto Magé não tem dado sorte."

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Zaváglia.

O SR. JOSÉ ZAVÁGLIA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, assumo aspectos da máxima importância para o Brasil a visita que nos faz S. Ex^a o Presidente Carlos Andrés Pérez, da Venezuela. A oportunidade do acontecimento não servirá apenas para estreitar os laços de amizade

que nos unem ao povo venezuelano, mas, principalmente, servirá como uma demonstração da necessidade que temos de viver fraternalmente com todos os povos do Hemisfério Sul, dissipando, assim, quaisquer dúvidas que ainda possam pairar sobre as intenções do nosso País com relação às demais nações da América do Sul.

Aliás, o ilustre visitante tem condenado aqueles que insistem em ver o Brasil não como o grande aliado das justas causas americanas, mas como um perigo potencial para seus vizinhos.

A vinda de S. Ex^a servirá igualmente para quebrar um longo período de não-intercâmbio de visitas presidenciais entre os dois países. A respeito, e em resposta a uma pergunta nesse sentido formulada ao Presidente Geisel em entrevista concedida à televisão venezuelana, o máximo mandatário brasileiro assim justificou:

"Somos países vizinhos, somos países irmãos, mas, infelizmente, a geografia foi desfavorável no passado a uma maior aproximação. Veja que o Brasil é um país voltado, em grande parte, para o Oceano Atlântico, e a Venezuela se orienta mais para o Caribe e para o Atlântico Norte, nas suas vinculações com a América Central e mesmo com os Estados Unidos e o Canadá. São direções diferentes. Temos uma grande fronteira comum, mas uma região onde por muito tempo a civilização não penetrou. Vale dizer, as nossas fronteiras ainda são quase que inteiramente fronteiras mortas. Entretanto, com o desenvolvimento que o mundo experimentou, sobretudo quanto a transportes e comunicações, nós vamos nos aproximando cada vez mais, e essa separação do passado tende, por todos os motivos, a desaparecer, seja pelo enlace ao longo das fronteiras, seja pelo enlace aéreo e mesmo o marítimo. Isto fez com que, no passado, os Presidentes não se encontrassem. Eu tenho a lembrança que o primeiro encontro se realizou em 1973, entre o Presidente Médici e o Presidente Caldera, na localidade de Santa Helena, próxima às fronteiras entre os dois países, e agora vamos ter uma nova oportunidade de encontro, com a visita auspiciosa do Presidente Pérez aqui, no Brasil."

Carlos Andrés Pérez terá a oportunidade de conhecer pessoalmente e assim constatar os esforços brasileiros para a integração das áreas mazônicas no Continente latino-americano. Ser-lhe-á exposto, temos a certeza, os estudos para a formação de um pacto que permitirá uma ocupação conjunta dessas regiões, cujos recursos naturais poderão contribuir para o desenvolvimento dos países interessados.

E é indispensável a contribuição venezuelana para a formação dessa organização, não só pelo seu interesse na Amazônia, mas pelo que a Venezuela representa como potência independente e de ilimitados recursos. Já é do conhecimento do País amigo a proposta de acordo sobre a navegação comercial no curso dos rios pertencentes à região amazônica. Se aceita, ela viria beneficiar não apenas os dois países, mas também os demais cujos interesses comerciais se expandem pela região.

Outrossim, os nossos irmãos não de compreender que urge a necessidade de se preencher o vazio demográfico da Amazônia, com ênfase especial às áreas fronteiriças. E cabe considerar que o nosso País é aquele que mais se preocupa com esse fato, sendo o que mais ocupou a sua área amazônica.

Nós acreditamos que os entendimentos bilaterais entre o Brasil e a Venezuela se conduzirão de forma a selar definitivamente a profunda amizade entre os dois países. Essa visita ainda passará para a História, pois ela fará com que outros povos sul-americanos compreendam a necessidade de uma união intercontinental, única forma viável de construirmos uma região forte e respeitável no mundo inteiro.

Finalmente, devemos dizer que nos associamos às manifestações de júbilo do nosso povo para com essa deferência toda especial que o Presidente Carlos Andrés Pérez nos concede com a sua visita.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Coelho.

O SR. FERNANDO COELHO (MDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados. Estivemos, há dias, na cidade de Petrolina, onde proferimos palestra no II Encontro Estadual de Vereadores sobre a reincorporação da antiga Comarca do São Francisco ao território de Pernambuco — consoante Projeto de Lei Complementar que tivemos a iniciativa de submeter à apreciação do Congresso Nacional.

Nesse novo contacto com a população sertaneja da região, encontramos agravado o clima de preocupações e de insegurança com as medidas que vêm sendo adotadas pela Comissão de Desenvolvimento no Vale do São Francisco, para forçar a desocupação das áreas destinadas à barragem de Sobradinho e aos seus projetos de irrigação.

Forçando pequenos proprietários e posseiros a abandonarem suas terras, pagando indenizações irrisórias e sem qualquer correspondência com o valor dos bens desapropriados, transferindo famílias para núcleos distantes onde dificilmente se adaptarão, compromete a CODEVASF o seu programa de trabalho, pela absoluta falta de sensibilidade social com que vem agindo.

Tem sido seguidamente denunciada, em todo o País, a ação de grupos econômicos e de grandes proprietários que, usando da força ou de embustes jurídicos, se apossam de terras pertencentes aos que não dispõem de meios para defender os seus direitos. Se essas violências não encontram qualquer justificação e devem ser coibidas, mais reprovável ainda é que o próprio Estado — responsável pela manutenção da ordem e pela execução da justiça — manipule os poderes que detém para instaurar a desordem e a injustiça, valendo-se da superioridade com que pode impor sua vontade aos agricultores da região.

Somos todos favoráveis à conclusão das obras da barragem de Sobradinho e defendemos os objetivos que justificaram a criação e explicam a existência da CODEVASF. Entendemos, todavia, que o Poder Público não tem o direito de apropriar-se indevidamente dos resultados do trabalho de pequenos proprietários e posseiros — e que outra coisa não é a desapropriação, a preço vil, de suas terras e benfeitorias. Condenamos a própria filosofia de projetos que visam, em última análise, não à distribuição justa e equitativa dos benefícios dos investimentos oficiais, em favor da comunidade, mas à concentração cada vez maior desses benefícios e da própria riqueza nas mãos de uns poucos privilegiados, enquanto a maioria é tangida como gado para regiões distantes e para a marginalização nas cidades.

Temos lido, na imprensa, as declarações do Presidente da CODEVASF, Sr. Nilo Peçanha. De cada uma delas o que concluímos é a sua absoluta incapacidade para o exercício das elevadas funções que desempenha. Não julgamos, nem podemos fazê-lo, suas possíveis qualidades de técnico ou de tecnocrata. Sua falta de sensibilidade social, todavia, pelo primarismo de suas declarações e pelo que vem fazendo a CODEVASF, indis põe S. S^a, definitivamente, para o exercício do cargo.

Somos solidários, integralmente, com as posições corajosas e firmes que a Igreja vem assumindo na região, em defesa dos direitos dos agricultores expulsos de suas terras. O trabalho desenvolvido por Bispos como D. José Rodrigues de Souza e D. José Brandão, por padres e por leigos — que estão enfrentando, na sua ação pastoral, até ameaças de morte — é que pode ainda corrigir os grandes erros que a CODEVASF vem praticando.

Não adianta pretender incompatibilizá-los, distorcendo o sentido de sua atuação meritória. Melhor que ninguém podem julgá-los os que eles têm procurado defender, no seu clamor por Justiça e por um desenvolvimento que beneficie todos, e não apenas minorias privilegiadas.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Deputado Israel Dias-Novaes.

O SR. ISRAEL DIAS-NOVAES (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, informes recolhidos junto à Universidade Júlio de Mesquita Filho (alunos e

professores) esclarecem as razões da perturbação que toma a mais nova unidade universitária pública de São Paulo.

Criada a UNESP, passaram a integrá-la os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado que eram anteriormente coordenados pela Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo, CESESP.

O atual Reitor da UNESP era o Coordenador da CESESP e nesta qualidade indicou ao Governador do Estado, para que os nomeassem, praticamente todos os Diretores dos então Institutos Isolados. Ao indicar os Diretores, o Coordenador não ouviu os Institutos; assim sendo, os Diretores eram homens de sua confiança.

Criada a UNESP, foi também criado um Conselho Universitário Provisório, presidido pelo Coordenador da CESESP e constituído pelos Diretores dos Institutos, sem representação Docente ou Discente. Por pressão dos estudantes foi modificado o Conselho Provisório sendo incluída representação Discente, porém não se conseguiu representação Docente.

Foi este Conselho Provisório constituído por homens escolhidos pelo Reitor, enquanto Coordenador, sem representação Docente, que gerou o Estatuto da UNESP.

Assim sendo, fica claro que o Estatuto da UNESP reflete as idéias do Reitor e de seus escolhidos e não a dos Docentes das Unidades Universitárias que constituem a UNESP.

Este mesmo Conselho Provisório é que fez a lista tríplice para escolha do Reitor e do Vice-Reitor; os mesmos Diretores constituem a maioria dos Membros do Conselho Universitário, posteriormente instalado.

É importante salientar que os Docentes dos Institutos, como indivíduos e através de suas associações de classe, protestaram contra a constituição do Conselho Provisório, assim como contra muitas das normas estabelecidas pelo Estatuto, porém nunca foram ouvidos.

Assim retratada a situação, inicial, não é de estranhar a maneira pela qual ela evoluiu. Os remédios, assim, têm de focalizar as origens.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, por consignar as mais sentidas reivindicações dos Municípios do interior brasileiro, particularmente do Estado de Goiás, registro, em todos os seus termos, proposição que apresentei ao I Encontro Regional de Municípios, levado a efeito em Colinas de Goiás, de 14 a 17 de junho deste ano.

“PROPOSIÇÃO

O 1º Encontro Regional de Municípios, realizado em Colinas de Goiás, Resolve, tendo em vista a necessidade do fortalecimento dos Municípios do Estado de Goiás, em particular os do Grande Norte,

Recomendar

1. Sejam envidados esforços para que nenhuma sede municipal deixe de contar com esta mínima estrutura:

- a) água encanada;
- b) médico;
- c) dentista;
- d) escola completa do ensino de 1º Grau;
- e) energia elétrica;
- f) agência bancária;
- g) agência da ECT;
- h) posto telefônico; e
- i) centro comunitário.

2. Mudança da legislação, visando a possibilitar a entrega aos Senhores Prefeitos, diretamente pelas coletorias estaduais locais, da parcela do ICM destinada aos Municípios, na conformidade da arrecadação;

3. Sejam diretamente feitos com os Prefeitos os convênios destinados à aplicação de recursos federais e estaduais destinados aos Municípios para a implantação de obras e a execução de serviços;

4. Mudança na legislação referente à aplicação dos recursos do FPM, para restaurar a autonomia dos gestores municipais, grandemente afetada pela programação estabelecida e excessivamente fiscalizada pelo TCU em contrariedade, quase sempre, aos interesses dos Municípios;

5. Seja editado, semanalmente, em um dos jornais da imprensa goiana, um Caderno dos Municípios, com matérias de informação e opinião de exclusivo interesse das entidades goianas, sob a supervisão da AGM.

Justificação

Do fortalecimento do Município depende o desenvolvimento do interior do País, do qual depende a pujança dos Estados e o progresso das suas Capitais. E o País será tanto mais forte, quanto o sejam seus Estados.

Serão, portanto, fortes e influentes, até no âmbito nacional, as lideranças Municipais, quando íntegra a autonomia dos Municípios brasileiros.

Até agora, com raríssimas exceções, os governos central ou regional se orientam para a realização de projetos mirabolantes, esquecidos das necessidades mais prementes das populações interioranas, consideradas muito miúdas para absorver a atenção e o tempo dos tecnocratas.

Assim, os pequenos-grandes problemas, deferidos à órbita municipal, só serão solucionados com a entrega de mais recursos aos Prefeitos, porquanto sem recursos financeiros nada se realiza materialmente.

Daí porque da maior importância a entrega da parcela do ICM, atribuída aos Municípios, diretamente aos Prefeitos, pelas Coletorias Estaduais, segundo a arrecadação, pois que o atual sistema, além de complicado, reduz de 20 para 15% esses recursos e, ainda, cria crescentes dificuldades e maiores despesas à administração municipal, tanto mais quanto obriga o Prefeito a viajar, quinzenalmente, para Goiânia.

A simples leitura das duas outras recomendações deixa evidente sua imperiosidade, por absurda a programação para a aplicação dos recursos do FPM atualmente seguida e pela prejudicial entrega a órgãos estaduais, de recursos destinados aos Municípios.

Quem conhece as prioridades dos Municípios é o Prefeito ou o Vereador. Descabida, portanto, além de inadequada, essa exigência de aplicação de recursos do FPM neste ou naquele setor. Além do mais, é uma forma de violar a autonomia municipal, restringindo o papel do Prefeito e da Câmara de Vereadores.

Quanto à aplicação de outros recursos, em geral destinados aos Municípios pelo Governo federal ou mesmo pelos estaduais, como nos programas POLAMAZÔNIA e POLOCENTRO, só posso dizer que, se entregues, mediante convênio, diretamente aos Prefeitos, sua aplicação renderia muito mais, com obras melhores e mais baratas.

"Dinheiro às mãos de pobre estica mais" — diz velho brocardo popular.

O Prefeito, com seus conhecimentos, experiência local e assessoria da população, ajudado pela Câmara Municipal, emprega melhor o dinheiro público do que qualquer órgão estadual ou federal.

Os políticos, temos o dever de lutar sempre para que cheguem, o mais rapidamente possível, as soluções que, de fato, interessam aos habitantes dessas pequenas comunidades, pois vivemos em constante contacto com elas, presenciando suas terríveis dificuldades de vida.

Será, portanto, de grande importância que este 1º Encontro Regional de Municípios se manifeste pela prioridade, nos programas de trabalho e ação dos governos federal e estadual, que deverá ser dada para o atendimento integral do que se estabelece nos cinco itens desta proposição.

Sala das Sessões, aos 14 de junho de 1977. — José Wilson Siqueira Campos, Deputado Federal.

Era o que tinha dizer.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Octacílio Queiroz.

O SR. OCTÁCILIO QUEIROZ (MDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, este pronunciamento relaciona-se, de certo modo, com a visita do Presidente Carlos Andrés Pérez ao Brasil.

Dessarte, hoje, pouco sabemos popularmente sobre a figura de revolucionário brasileiro, na expressão lídima do termo, que foi o Gen. José Inácio de Abreu e Lima, da segunda década à metade do século passado, herói no Brasil e na Venezuela.

No entanto, a visita que fez ao Brasil o Presidente Carlos Andrés Pérez oferece, sem dúvida, ensejo a que, em breve notícia, possamos dar uma pálida imagem que seja de seu extraordinário valor e, notadamente, de sua decidida participação nos movimentos libertários do nosso País e no país irmão do norte ao lado de Simón Bolívar, o gênio libertador do Continente sul-americano.

Era filho de um dos mártires da Revolução de 1817, no Nordeste, o padre Roma, José Inácio Ribeiro de Abreu e Lima, arcabuzado na Bahia ao curso da sanguinolenta e cruel repressão que o Governo português impôs aos combatentes e idealistas mais puros e mais autênticos das revoluções libertárias durante o domínio reinol. Assim, também os considerava o historiador Oliveira Lima.

Mas Abreu e Lima e um irmão estiveram também presos na Bahia ao lado de seu heróico e sacrificado pai. Assim, ali viveram momentos de horror e angústia, de indescritível transe.

Saindo do Brasil, onde iniciara a sua carreira de militar, Abreu e Lima foi parar na Venezuela e, naquele país, bravo e leal ao lado de Bolívar, participou de renhidas lutas, saindo ferido na decisiva batalha de Carabobo. De simples oficial do Exército de Bolívar, Abreu e Lima ascendeu ali aos mais altos postos militares.

Era o chamado comandante De Lima dos venezuelanos, naqueles decisivos dias de libertação da América Latina.

Figura de democrata, de liberal, de revolucionário e de socialista romântico naqueles idos, hoje bem distantes.

O grande pesquisador de nossa história e ensaísta de renome nacional, que foi o pernambucano Alfredo de Carvalho, arrancou das sombras do passado, em poucas mas significativas páginas, a singular personalidade de Abreu e Lima, hoje nome de uma das cidades de Pernambuco, próxima ao Recife. Igual trabalho realizaram Mário Quintas e vários outros escritores de Pernambuco da atualidade.

Historiador, orador, polemista, político, devotado aos problemas do povo, de suas aspirações e sofrimentos, quase toda a sua agitada vida reflete um extremado amor e uma nítida identificação antecipadora com o drama do colonialismo na América Latina e ideais libertários de suas populações. Era um republicano, na tradição, sem dúvida, da grande Revolução Francesa de 1789, e, daí, o desprezo a que foi relegado durante todo o Império e a violenta polémica contra Varnhagem, o opulento e erudito apologista da História do Brasil, aos moldes da classe secularmente dominante neste País, escudada na latifúndio, na escravidão e na realeza herdada de Portugal.

Em 22 de junho de 1826, realizou-se o famoso e histórico Congresso de Panamá, de iniciativa de Bolívar, e que pretendia reunir todas as nações latino-americanas para uma "Federação das Nações Livres".

O Governo imperial do Brasil não mandou um só representante àquele conclave, marco exponencial de toda a história dos povos latino-americanos.

Mas Abreu e Lima a ele esteve presente. Foi, por isso, o único representante do Brasil.

Participou, mais tarde, da Revolução Praeira e se tornou um de seus mentores mais atuantes e corajosos. Emigrou do país e, quando faleceu, foi sepultado no cemitério dos ingleses no Recife, por não se lhe conceder sepultura em outro cemitério.

Em resumidas linhas, faço aqui esse registro notadamente em razão da visita do Presidente Carlos Andrés Pérez.

É que, em verdade, o general do povo, o general Abreu e Lima, pessoalmente, companheiro de Bolívar, deve ocupar, igualmente, na História da Venezuela um papel semelhante ao que desempenhou Lafayette junto a Washington, na Guerra da Independência dos Estados Unidos.

O silêncio, na realidade, jamais poderia apagar da memória de brasileiros e de venezuelanos o combativo, heróico e imortal nome do general Abreu e Lima, o general do povo, "das massas", na expressão de Evaristo da Veiga, o jornalista e o político da tradição histórica da Independência política nacional.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Geraldo Guedes.

O SR. GERALDO GUEDES (ARENA — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, revolvendo velhos papéis em meu pequeno arquivo — e quem não os revolve, sobretudo na vida pública? — encontrei um trabalho de grande atualidade, escrito em 1942 e assinado pelo então Secretário da Agricultura de Pernambuco, Dr. Apolônio Salles. O artigo foi publicado no jornal *A Folha da Manhã*, que era de propriedade do então interventor Agamenon Magalhães, cuja memória evoco nesta hora, para repetir que a ele me vinculei no início da minha vida pública. Leio-o para que V. Ex^a e os demais colegas apreciem a sua atualidade. Não obstante escrito há 30 anos, pode ainda ser objeto de análise, de exame, de uma meditação maior, visando à solução de problemas que estão a desafiar o conhecimento dos nossos homens públicos. Está vazado nos seguintes termos:

CONSUMIREMOS ÁLCOOL

Apolônio Salles

O Governo do Estado empenha-se agora em uma nova campanha de valorização de nossos productos. Acaba de expedir ordem à Secretaria da Agricultura para iniciar o consumo obrigatório do álcool nos seus veículos oficiais, tractores, caminhões e motores fixos.

Eguas instruções, estou informado, foram dadas às demais Secretarias, de modo que, em breve tempo, o Estado consumirá quasi exclusivamente como combustível o nosso álcool, producto genuinamente pernambucano, arrancado das nossas terras pelo braço enérgico de nossos homens do campo.

Haverá, assim, um escoamento seguro, aproximadamente de um milhão de litros de álcool de nossa produção, correspondendo a uma diminuição da saída do nosso dinheiro para o exterior num total de cerca de mil contos de réis. Esta quantia circulará aqui, estimulando trabalho e assegurando riquezas.

Ninguém hoje, em Pernambuco, pôde mais duvidar, em boa fé, da útil aplicação do álcool como combustível nos automóveis, caminhões e tractores. As usinas já consideram como pratica indiscutivelmente vantajosa o emprego do álcool em toda a sorte de veículos, e é um prazer reparar como estes industriaes quando adquirem seus carros de marcas taes como Hudson, Pacchard, Mercury, Chevrolet, Ford e outras, condicionam a utilização do álcool desde o momento da retirada das agencias. Acabou-se o preconceito do estrago possível dos motores.

Não são somente os usineiros que assim pensam. Ultimamente o delegado Regional do recenseamento, nas suas extensissimas viagens pelo interior, não tem usado outro

combustível, revelando em repetidos artigos as vantagens de ordem econômica decorrentes de emprego do combustível nacional.

Recebi, portanto, com muita satisfação, as determinações da Interventoria e já estou em entendimentos com a DPP para a rápida execução de tão patriótica quanto acerta medida.

Toda a vez que sinto augmentarem as possibilidades de mercado para os productos agrícolas, regosijo-me pensando na valorização de mais um pedaço da terra, única maneira de fixar o homem ao paiz que lhe serviu de berço, sem as amarguras de uma escravidão econômica, a peor de todas as escravidões, porque hypocritamente revestida de uma liberdade nunca desfrutada."

Sr. Presidente, dizer que este artigo foi escrito nos idos de 1942 é fazer com que se pense um pouco.

De modo que aqui o deixo, pela minha leitura, transcrito nos Anais do Congresso. Quem sabe, não seja este um caminho que, novamente, se abrirá para a solução de um grande problema — a falta de combustível nacional.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joaquim Bevilacqua.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como contribuição ao estudo da "democracia relativa", trago ao conhecimento do Plenário o seguinte Decálogo:

"DECÁLOGO DA DEMOCRACIA RELATIVA"

I — Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido, entendendo-se como povo a parcela relativamente capaz e responsável pela segurança nacional.

II — Todos os Poderes são independentes entre si, desde que harmonicamente subordinados ao Executivo.

III — Todo brasileiro, desde que alfabetizado e maior de dezoto anos, é capaz para escolher, pelo voto livre e secreto e na forma da lei, os dirigentes do Município, do Estado e da União, exceptoando-se, apenas, os cargos de Presidente da República, Governador de Estado ou Território, e Prefeito de Capital, Área de Segurança e Estância Hidromineral.

IV — São três os axiomas fundamentais da nova ordem relativamente democrática: *segurança, desenvolvimento e democracia*. Até o fim deste século deverá estar definitivamente implantado o primeiro estágio. Consolidado esse passo inicial, e indispensável, da *segurança*, partir-se-á para o segundo estágio, ou seja, o *desenvolvimento*. Atingido um estágio ideal de desenvolvimento, cuidar-se-á, então, de implantar a *democracia* inadjetivada, a cargo dos brasileiros sobreviventes.

V — Ao trabalhador é dado o direito de trabalhar, desde que exista, relativamente, emprego para todos. É-lhe ainda assegurado, bem como ao funcionário público, reajuste anual de salários e vencimentos em nível nunca igual ou superior aos índices inflacionários, mesmo quando relativamente falsos como os de 1973. Por outro lado, os sindicatos têm inteira liberdade para promover reuniões e assembleias, reivindicando tudo aquilo que constituir direito das categorias que representem, exceto alterações na política salarial implantada pelo governo para atender ao indispensável desenvolvimento nacional.

VI — Ao empresário é garantida a produção e a comercialização dos seus productos, desde que pague os impostos e taxas, garantindo-se, também, uma relativa desnacionalização dos meios productivos, elevação relativamente pequena dos juros bancários e absoluta estabilidade dos salários (não estabilidade dos empregados).

VII — O estudante tem direito assegurado a estudar e receber o diploma do curso que concluir. Não se responsabiliza o Governo, entretanto, pelo reconhecimento oficial da escola. Poderão ainda os estudantes realizar reuniões pacíficas para cuidar de questões esco-

lares, desde que devidamente pagas as taxas e anuidades, e uma vez atendidas as disposições relativas à segurança interna e ao 477.

VIII — O Poder Legislativo é relativamente soberano e independente para legislar sobre matérias de sua competência constitucional, da qual estão obviamente excluídas as de caráter financeiro. Deverá, também, fiscalizar os atos da administração pública, na medida em que essa fiscalização não implique relativo risco de cassação de mandato ou processo-crime perante o Supremo Tribunal Federal, afastada, portanto, a hipótese de imunidade parlamentar, princípio somente aplicado em democracias já inadjetivadas.

IX — É competência relativa do Poder Judiciário dirimir as pendências surgidas na aplicação da lei, e as desobediências ao Poder Executivo, desde que a ele próprio não se apliquem, no caso, as disposições do AI-5.

X — Finalmente, à imprensa (falada, escrita e televisada) está reservado o importante papel de informar a opinião pública, oferecendo-lhe correta versão dos fatos e das fotos, abrindo também espaço para o contraditório. Deve, contudo, no exercício do seu elevado *munus*, levar em conta as disposições relativamente brandas da Lei de Imprensa, Lei de Segurança Nacional e Código de Comunicações. Estará, também, atenta às circulares e portarias do Ministério da Justiça, particularmente no que é relativo à relativa censura ainda remanescente, e bem assim cumprirá as disposições da Lei Falcão, que democratiza os pleitos, ao permitir a influência do poder econômico...

Essa contribuição, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, eu a ofereço imbuído de relativo ceticismo no tocante às anunciadas "reformas". Toda a vez que se reformou algo, sob este regime, Sr. Presidente, foi para aumentar a "taxa de relatividade" e diminuir a "taxa de democracia". Daí por que prevejo um alentado cronograma para a definitiva implantação das três fases da "distensão democrática relativa".

Para que os pósteros confirmem meu prognóstico, registro nos Anais o presente "Decálogo", fazendo sinceros votos (diretos) para que ele seja, prontamente, desmentido.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Thibau.

O SR. NELSON THIBAU (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há aproximadamente 15 milhões de depositantes em cadernetas de poupança hoje, no País. A importância que o setor assumiu está a exigir uma rápida revisão na forma pela qual se faz o cálculo dos rendimentos, isto é, juros e correção monetária a que os investidores têm direito. Há imensa distorção no pagamento desses rendimentos ao público sem que se fale no problema, podendo-se afirmar que o investidor vem sendo lesado, e que o sistema financeiro está, na verdade, apropriando-se de rendimentos que não lhe pertencem. Exemplo gritante dessa distorção é o fato de os rendimentos serem pagos apenas sobre o menor saldo de um trimestre: quem mantiver Cr\$ 3.000,00 depositados durante dois meses e vinte e oito dias, precisar de Cr\$ 2.500,00 por algumas horas e sacá-los para realizar novo depósito de Cr\$ 2.500,00 a seguir, vai ter rendimentos trimestrais apenas sobre aqueles Cr\$ 500,00 que representaram o menor saldo do período.

Muito já se falou sobre cadernetas de poupança, quase sempre no sentido de se mudar a sistemática. Entretanto, as críticas e os estudos pretendiam mais desviar recursos para outros mercados do que, propriamente, proteger uma figura importante dentro do sistema: o poupador. Para ele, inclusive, a mecânica das cadernetas prepara mesmo algumas "armadilhas", através de regras pouco divulgadas e esclarecidas. É muito comum verificar, entre aqueles que costumam depositar pequenas quantias em cadernetas, a preocupação, tão logo recebem o salário, de separar o dinheiro para colocar na poupança. Hábito, por sinal, incentivado pelo número maciço de comerciais no rádio e na TV. Mal sabe o poupador, porém, que dependendo do dia em que for feito o depósito, e, caso não sejam respeitados determinados prazos, o dinheiro não terá remuneração alguma. Isto porque, de acordo com as regras das cadernetas, o depósito só vai render juros e

correção integral se for feito no início de cada trimestre, entre os dias 1 e 5 (portanto, dos meses de janeiro, abril, julho e outubro.) E, ainda, caso o depositante, passado o dia 5 de cada início de trimestre, fizer uma ou mais retiradas, a correção monetária e juros de todos os trimestres serão computados sobre o que restou.

Por isso, é necessário que se faça mudanças das cadernetas, favorecendo os depositantes e poupadores — é bom que se frise — devem ser feitas com a maior urgência mudanças em favor do depositante, a fim de que os investidores não continuem sofrendo com regras que, no fim, acabam beneficiando tão-somente o sistema financeiro e o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, para uma professora primária receber o seu diploma, capacitar-se, enfim, para lecionar estuda pelo menos 10 anos. A parte mais difícil do magistério é exatamente a que cabe ao professor primário, porque é ele quem inicia a criança desprovida de qualquer princípio de educação, não só de letras, mas de hábitos e outros costumes. Ao passar do primário para o ginásio e posteriormente para o ensino superior, já vai o aluno com determinadas noções não apenas de letras, mas de educação geral.

Pois bem, Sr. Presidente. A este professor primário o Brasil trata como enteado. No meu Estado, por exemplo — e que, parece-me não é o pior do Brasil — um professor primário ganha um pouco além do salário mínimo local e nada mais do que o maior salário mínimo do País.

Ora, o salário mínimo é atribuído ao trabalhador desqualificado. Ao professor primário, que estuda no mínimo 10 anos, pagamos importância mensal equivalente a um pouco mais — e em alguns Estados até um pouco menos — do salário mínimo regional. Confesso a V. Ex^{as} que não entendo o comportamento dos Governos estaduais, mas estou certo de que o problema é tão grave, tão sério que já comporta intervenção, ainda que por recomendação, do Governo Federal. Causa espécie, estarrece e constrange o tratamento que vem sendo dado ao professor do curso primário em todo o Brasil, notadamente nos Estados do Norte e do Nordeste. Não teríamos razão para discutir a questão se o salário fosse pouco, mas suficiente para a manutenção do professor. Pelo menos a sua, já que não se toma conhecimento de que ele tem família para sustentar. O que nos motivava a reclamar não é apenas ser pouco o salário, mas a sua insuficiência para que possa o professor viver pelo menos uma semana. Se V. Ex^{as} atentarem — como sei que têm atentado — para o nível de ensino no Brasil, ficarão com vergonha. Às vezes digo para meus filhos, até em tom de brincadeira, que muitos professores brasileiros de hoje no meu tempo não tinham sequer condições de ser estudantes. Mas a culpa não é dos professores. Se eles não ganham o suficiente para se alimentar, como poderão comprar um livro? E como poderemos aprimorar a instrução num País em desenvolvimento sem leitura?

Sr. Presidente, o problema do salário mínimo no Brasil é vergonhoso e carece de atenção do Governo. Mas quanto ao pagamento dos professores primários, não podemos deixar de protestar, inclusive para que o Governo tome medidas que favoreçam àqueles que pegam a pedra não burilada, que é a criança, sem nenhuma escolaridade, e a instruem e preparam para a vida.

Deixo registrada a minha reclamação, a minha estranheza ante os salários atribuídos aos professores primários do Brasil, principalmente da Região Amazônica.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o nobre Deputado Adhemar Ghisi.

O SR. ADHEMAR GHISI (ARENA — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quatro viadutos serão construídos em Florianópolis, Santa Catarina. As obras serão iniciadas logo após a licitação que, segundo informações do

16º Distrito Rodoviário Federal, já se realizou em 3 do corrente, na Administração Central do DNER, no Rio de Janeiro.

As obras serão construídas sobre a Avenida Ivo Silveira que pertence ao segmento da rodovia BR-282, situada entre a BR-101 e a Ponte Colombo Machado Salles.

Fazendo intersecção com a referida Avenida, aquele segmento permitirá a incorporação ou a desincorporação daquela via pública à de escoamento rápido.

Serão executados, ainda, Sr. Presidente, serviços de melhoramentos e restauração na rodovia BR - 101/SC, que compreende os segmentos entre os km 26,5 (Pirabeiraba) e 56,5 (Joinville), numa extensão de 30 quilômetros; bem como entre os km 366 (Tubarão) e 410 (Araranguá), numa extensão de 44 quilômetros.

Para estas últimas obras, o DNER provavelmente já deve ter realizado a correspondente licitação, na Administração Central, no Rio de Janeiro, marcada para 11 deste mês.

São estas, Sr. Presidente e nobres Congressistas, as informações que pretendia dar para conhecimento desta Casa e do povo catarinense e como homenagem ao setor rodoviário do Ministério dos Transportes, que tanto tem realizado em nosso Estado, e de quem ainda muito esperamos como catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrado o período de breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1977, que altera a redação dos arts. 39, 41, 74 e 147 da Constituição Federal, tendo

PARECER, sob nº 99, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável, com voto vencido dos Srs. Senadores Ruy Santos, Heitor Dias, Lourival Baptista, Itálvio Coelho e Wilson Gonçalves e voto, em separado, do Sr. Senador Cunha Lima e dos Srs. Deputados Celso Barros e Humberto Lucena.

Em discussão a proposta.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Ruy Bacelar, primeiro signatário da proposta.

O SR. RUY BACELAR (ARENA — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejariamos, nesta noite, em sendo baiano, possuir a inteligência prodigiosa do imortal Rui Barbosa, a genialidade de Castro Alves, o dom da oratória de um Otávio Mangabeira ou de tantos outros congressistas brasileiros que por aqui passaram para poder prender a atenção dos meus ilustres pares.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, acreditamos que, devido à grandiosidade e magnitude da proposição ora em debate, mesmo com as minhas deficiências de orador e o poder de comunicação que julgamos não possuir, os argumentos serão suficientes para que V. Ex.^{as} possam analisar e julgar conscientemente a matéria para votar favoravelmente à nossa emenda que estende o voto ao analfabeto, pois, se aprovado, não temos dúvidas de que muito contribuirá para o aprimoramento do regime democrático. Sabemos todos nós, Sr. Presidente, ser o assunto polêmico, controverso e político, mas achamos por bem apresentá-la, alterando os arts. 39, 41, 74 e 147 da nossa Lei Maior. E o fizemos baseados em que todos os povos amantes da democracia — o nosso, inclusive — adotam o princípio constitucional de que "todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido."

Assim, do mais humilde vereador ao supremo mandatário do País, os ocupantes de cargos eletivos representam o povo que os alçou aos postos de comando.

Coerente com este princípio, a Emenda Constitucional nº 8, recentemente editada pelo Poder Executivo, restabeleceu o antigo cri-

tério "da população" para a fixação do número de membros da Câmara dos Deputados, ampliando, destarte, a universalidade do voto.

Quanto mais abrangente a votação, mais autêntica será ela, por representar, em quantidade e qualidade, o pensamento dos indivíduos que compõem a Nação.

Contudo, o sistema eleitoral brasileiro, a partir do advento da República, inclui, entre os inálitáveis, uma categoria de brasileiros que não deveria estar afastada do processo de votação: a dos analfabetos.

Todos nós sabemos que o analfabetismo sempre constituiu e continua a constituir um dos nossos mais cruciantes problemas sociais. Por mais que se tenha feito visando à sua erradicação, e nos dias atuais o **MOBRAL** é um dos exemplos vivos dessa luta, cremos que tal objetivo somente será alcançado num prazo bastante longo. Acreditamos mesmo que fatores como a extensão do território nacional, a dispersão dos recursos financeiros e o crescimento vertiginoso da nossa população, aliados ainda a contingências outras, têm contribuído para que se torne difícil e lenta a alfabetização de grande parte do povo brasileiro.

Cumprе salientar, porém, que ser analfabeto não significa ser incapaz, ser ignorante. Mesmo porque, no estágio em que nos encontramos, os meios de comunicação como o rádio, a televisão e o cinema dão acesso à informação e à opinião, até mesmo nos mais longínquos rincões do nosso País. Portanto, a letra fria do alfabeto não é mais hoje a única fonte do saber. A revolução do transistor alterou o equacionamento do problema.

A presente emenda tem por objetivo estender ao analfabeto o direito do voto. Como é do conhecimento de todos, a objeção que se tem apresentado contra o voto do analfabeto é a de que ele não poderia expressar uma vontade livre e consciente, eis que não teria condições de conhecer os programas dos partidos políticos e as plataformas dos diferentes candidatos.

Todavia, esta foi uma argumentação válida para o período da propaganda escrita, através da imprensa. Hoje, como já realçado, a mensagem política chega ao eleitor pelo rádio e pela televisão. É um contato mais vivo, sensível, diferente daquele que se obtinha através da leitura, pura e simples.

Com efeito, ninguém pode contestar que, nos dias de hoje, pelas novas técnicas da comunicação e da convivência, o analfabeto já se informa, já tem consciência dos fatos, pode colaborar, pelo seu trabalho na existência coletiva, podendo, portanto, participar da vida cívica.

Além do mais, é regra fundamental que todo cidadão deve participar da responsabilidade da vida política da comunidade. Este é o princípio fundamental que ninguém nega. É direito, pois, de todo cidadão participar dos destinos políticos de sua comunidade. E a nossa Constituição Federal estabelece no § 1º do art. 153 o princípio de que "todos são iguais perante a lei".

É de notar-se, ainda, que o indivíduo não é o analfabeto por vontade própria, mas, quase sempre, por motivos alheios à sua vontade. O número insuficiente de escolas e professores e, muitas vezes, as dificuldades de acesso às existentes, são fatores comprobatórios de tal assertiva.

Por outro lado, convém destacar que o analfabeto tem os mesmos deveres do letrado. Ele paga impostos, presta Serviço Militar, integra associações de classe, participa de campanhas eleitorais, é comerciante, agricultor, proprietário e pode constituir família, que é a *célula-mater* da sociedade. Está sujeito, enfim, a todas as leis do País.

Entretanto, o analfabeto sofre uma discriminação injusta: não pode ser eleitor. Tem os mesmos deveres do letrado, porém não possui os mesmos direitos. Urge, pois, que se corrija tal injustiça.

Ao longo da história político-jurídica do País, o tema tem suscitado controvérsias, na sua maioria, porém, favoráveis à tese do voto de quem não aprendeu a ler nem escrever.

De nossa parte, fora e acima de interesses político-partidários, cremos, mais do que nunca, que a tese merece nosso respeito e acatamento.

Se ela era válida no Império, quando eram precárias, ou quase inexistentes, os meios de transporte e de comunicação, porque deixa de o ser agora, quando o homem já começa a perseguir o cosmo?

Na abertura solene, em 3 de maio de 1823, da Assembléia Constituinte do Império, Dom Pedro I teve o prazer de sentir que dela faziam parte 26 bacharéis em direito e em cânones, 7 militares, 19 clérigos e 22 desembargadores, que representavam, na augusta Casa, o que o País possuía, à época, de maior prestígio em inteligência, cultura, caráter e situação social — todos escolhidos com o voto, também, dos analfabetos. Foi assim que tivemos, na elaboração de nossa primeira Carta Magna, homens da envergadura de Antônio Carlos, Martim Francisco, José Bonifácio de Andrada e Silva, Maciel da Costa, Carneiro Campos, Silva Lisboa, Montezuma, Caldeira Brandt, além de outros.

No decurso dos 67 anos da Monarquia, num regime essencialmente aristocrático e elitista, jamais houve restrição contra os que não sabiam ler nem escrever. Tal restrição só veio a ocorrer a partir do Decreto nº 6, de 19 de novembro de 1890, estendendo-se até os dias de hoje.

E chegada a hora de eliminarmos essa odiosa discriminação.

Aliás, de tempos para cá, têm surgido vozes contra a injustiça de se afastar do processo eleitoral uma substancial parcela da população brasileira. Citemos, de passagem, o Dr. Armando Falcão, que em 1957, quando Líder da Maioria na Câmara, encabeçou proposta de Emenda Constitucional, que tomou o nº 15/57, favorável ao voto do analfabeto: citemos o ex-Presidente João Goulart e, depois dele, o Marechal Castello Branco, defensores ambos de idêntica medida, mas não lograram êxito, por não contarem com o apoio do Congresso Nacional.

Está-se criando um tabu em torno da matéria, em prejuízo do aperfeiçoamento de nossa própria Democracia.

Após madura reflexão e pesquisa, concluímos que não podemos deixar para depois a solução do problema, até mesmo porque são poucos os países no mundo que não permitem o voto ao analfabeto, incluindo-se, dentre eles, o Brasil.

A presente emenda visa, pois, a reparar uma injustiça. E, para não incidir em outra, tão perniciosa quanto a ora combatida, é mister que se declare, na Lei Maior, que o candidato a cargos eletivos deve ser alfabetizado. É que, para o desempenho do mandato, é imprescindível saber ler e escrever. Daí, então, as alterações também procedidas nos arts. 39, 41 e 74 da Constituição Federal.

Após os trâmites legais, a Proposta de Emenda nº 15, de 1977, da qual foi relator o nobre Deputado Magno Bacelar, foi aprovada, com algumas restrições e com o voto em separado dos Deputados Celso Barros e Humberto Lucena e do Senador Cunha Lima. S. Ex^{as} são favoráveis à extensão do voto ao analfabeto, alegando inclusive: "A emenda ora em exame é mais uma tentativa para vencer a resistência de 150 anos, integrando o analfabeto no direito do sufrágio".

No entanto, fazem restrições aos arts. 1º, 2º e 3º, sob a alegação de que votando, sem serem votados, de conformidade com o art. 150 da Constituição do Brasil, segundo o qual "são inelegíveis os inalistáveis".

Tem o aparte V. Ex^a

O Sr. Octacílio Queiroz (MDB — PB) — Nobre Deputado, de-sejo apenas fazer uma ligeira interferência no brilhante discurso, que constitui também o parecer de V. Ex^a. Primeiro, para retificar uma pequena alusão histórica ao voto do analfabeto: é que teve méritos nessa questão o ex-Deputado Gregório Bezerra, do Partido Comunista, que a defendeu ardentemente e com muitas razões que ao seu tempo não puderam vingar. Por outro lado, acho que também se devia assegurar ao analfabeto, como a todo cidadão, não só o direito de votar, mas o de se candidatar à eleição para cargos públicos. Não há qualquer justificativa para esse parcelamento, o que induz a crer na existência de uma evidente *capitis diminutio*. Se indivíduos de qualidades boas ou más podem votar e desempenhar cargos públicos, por que razão vamos fazer tábua rasa em relação ao analfabeto? Ele

pode ser um homem de excepcionais qualidades morais e intelectuais, pois não são apenas as letras que fazem a personalidade. No mais remoto passado podemos encontrar Carlos Magno, um analfabeto que realizou um reinado esplendoroso no curso da história européia.

O SR. RUY BACELAR (ARENA — BA) — Agradeço o aparte do nobre colega que representa, com muito brilho, o Estado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Lembro ao nobre orador que faltam apenas cinco minutos para o término do seu tempo.

O SR. RUY BACELAR (ARENA — BA) — Estou terminando, Sr. Presidente.

A alegação de V. Ex^a, nobre Deputado, é a mesma constante do voto em separado dos eminentes Deputados Celso Barros e Humberto Lucena e do eminente Senador Cunha Lima, que mais adiante alegou: "Ora, com a Emenda" — isso diz S. Ex^a no voto em separado — "os analfabetos são alistáveis, porém inelegíveis". E o que, a *contrário sensu*, logicamente se conclui. Procuraremos, no entanto, contornar as divergências entre a proposta da emenda de nossa autoria e o voto em separado. E o faremos já, respondendo a V. Ex^a e ao autor do voto em separado com o parecer oferecido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Pará, emitida pelo eminente Conselheiro Adilson Oliveira Silva, quando diz:

"A presente proposta de emenda à Constituição brasileira vigente, visa, basicamente, à eliminação da vedação, ao analfabeto, do direito de voto. Por outro lado, visando a resguardar o interesse nacional, busca assegurar o direito de ser eleito Deputado, Senador ou Presidente da República apenas aos alfabetizados. Esta é uma medida preventiva e salutar para que não alcancem tais mandatos os analfabetos, eis que, por mais liberal e democrático que tal pudesse parecer, seria um ato de irresponsabilidade o conferir-se aos ostensivamente despreparados o exercício de tais poderes.

A modificação pretendida dos arts. 39, 41 e 74 da Constituição Federal apenas acrescenta, como condição para candidatos aos cargos de Deputado, Senador e Presidente da República respectivamente, a qualidade de "cidadão alfabetizado", buscando, desta forma, alcançar o objetivo referido no parágrafo anterior."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cabe-nos ainda tecer outras considerações sobre a censura feita à proposição sob enfoque, ao se considerar que, por coerência, quando se retira o referido direito de eleição, se deveria, automaticamente, propor a revogação do art. 15 da Lei Maior, que estabelece ser "inelegíveis os inalistáveis". Alegam os parlamentares que apresentaram o voto em separado que a não revogação desse dispositivo importaria, se aprovada a proposta de emenda, como formulada, quebra de sistemática constitucional, pois, segundo o entendimento que ampara a crítica, se o cidadão é alistável, elegível ele é.

O fundamento dessa crítica repousa no raciocínio de que, uma vez tornado o analfabeto alistável, não se justificaria estabelecer, como propomos na nova redação para os arts. 39, 41 e 74, sua inelegibilidade para as funções representativas nesses dispositivos apontados.

Ora, a inelegibilidade fixada nesses artigos constitui exceção à regra da elegibilidade. E de exceções quanto à elegibilidade dos alistáveis preenhe é a nossa Constituição, não cabendo, no caso, discutirmos os fundamentos por que se as inseriu no texto. Por incapacidade, em razão da idade, ou tendo em vista a preservação do regime democrático e da legitimidade das eleições, estabelece a Constituição Federal a inelegibilidade de cidadãos eleitores. Vale assinalarmos, além do mais, que, ao dispor a Constituição, no art. 150, que são inelegíveis os inalistáveis, não consagra ela qualquer incoerência quando, em outros dispositivos, como nos arts. 39, 41 e 74, conforme propomos, fixa a inelegibilidade de alistáveis, como já ocorre. In-

coerência seria, com o princípio da elegibilidade dos alistáveis — o que faz a *contrário sensu* dos inalistáveis, inelegíveis — viesse a Constituição estabelecer que o cidadão inalistável seria elegível.

Em assim sendo, Sr. Presidente e eminentes Congressistas, entendemos que é chegada a hora de, uma vez por todas, como já aconteceu no caso do divórcio, colocarmos um fim nesse estado de coisas, votando a presente emenda, pois, desta forma, estaremos contribuindo ainda mais — não temos dúvida — para o aperfeiçoamento do regime democrático brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Continua em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

A proposta de emenda à Constituição exige *quorum* qualificado para a deliberação. Sendo evidente a falta de número em plenário, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 35 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei nº 17, de 1977 - CN, que estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1978, Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior (Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul) e Ministérios da Justiça e da Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 30 minutos.)

ATA DA 236ª SESSÃO CONJUNTA, EM 17 DE NOVEMBRO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. AMARAL PEIXOTO

ÀS 20 HORAS E 35 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — José Guimard — Braga Junior — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Petrólio Portella — Virgílio Távora — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Cunha Lima — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nasser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco —

ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antônio Moraes — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcello — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Josias Gomes — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raymundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Albuquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloísio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanuel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Flexa Ribeiro — ARENA; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekell Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Pedro Faria — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Juarez Batista — MDB; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Raul Bernardo — ARENA; Sílvio Abreu Júnior — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Airton Sandoval — MDB; Airton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim

Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturoli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goias

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Aroldo Carvalho — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffmann — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Ueque — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 55 Srs. Senadores e 349 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Tendo sido publicado e distribuído em avulsos o Parecer nº 107, de 1977-CN, da Comissão Mista incumbida do estudo do Decreto-lei nº 1.574, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, destinada à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão foi convocada para discussão, em turno único, de partes do Projeto de Lei nº 17, de 1977-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1978.

Não foram apresentadas emendas ao Subanexo Poder Executivo, constante da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Passemos, portanto, ao **Item 1:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério do Interior — Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul, tendo Parecer, sob nº 166, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo, na parte mencionada.

Se nenhum dos Srs. Congressistas desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.) Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria volta à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — **Item 2:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça, tendo Parecer, sob nº 167, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo Poder Executivo — Ministério da Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — **Item 3:**

Discussão, em turno único, do Subanexo Poder Executivo — Ministério da Marinha, tendo Parecer, sob nº 168, de 1977-CN, da Comissão Mista, favorável.

Em discussão o Subanexo, na parte mencionada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão Mista para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 45 minutos.)

ATA DA 210ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 1º-11-77 (Publicada no DCN de 2-11-77)

RETIFICAÇÃO

Na leitura da Mensagem Presidencial nº 109/77-CN, pela qual o Senhor Presidente da República encaminha à deliberação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 24, de 1977-CN, que autoriza a Petrobrás Fertilizantes S/A — a, nas condições que estabelece, participar do capital de outras sociedades:

Na página 2960, 2ª coluna,

Onde se lê:

ENSAGEM Nº 109, DE 1977 (CN)

Leia-se:

MENSAGEM Nº 109, DE 1977 (CN)

ATA DA 211ª SESSÃO CONJUNTA, REALIZADA EM 1º-11-77 (Publicada no DCN de 2-11-77)

RETIFICAÇÃO

No Projeto de Lei nº 25, de 1977-CN, que altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo a segurança e medicina do trabalho, e dá outras providências:

Na página 2972, 2ª coluna,

Onde se lê:

SEÇÃO XVI Das Penalidades

Art. 202 ...

Leia-se:

SEÇÃO XVI Das Penalidades

Art. 201. ...

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO

2ª Edição Revista e Atualizada — 1975

Com Suplemento 1977

VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00

CONTÊM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio de 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, nº 5, de 28 de junho de 1975, nº 6, de 4 de junho de 1976, nº 7, de 13 de abril de 1977, nº 8, de 14 de abril de 1977, e nº 9, de 28 de junho de 1977.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 1,00